

ASPECTOS DA VIDA SOCIAL E CULTURAL MICAELENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

por
Susana Serpa Silva*

Introdução

Por ocasião da efeméride que evoca uma das mais proeminentes figuras da sociedade micaelense oitocentista - Ernesto do Canto - pareceu-nos pertinente relevar alguns aspectos da vida sócio-cultural da época, no intuito de contribuir para a compreensão do protagonismo das elites sociais e culturais insulares como impulsionadoras do progresso local.

Factores do desenvolvimento micaelense oitocentista foram, sem dúvida, a prosperidade do comércio da laranja, as relações e contactos subsequentes com a realidade inglesa (e da restante Europa), bem como a difusão dos ideais liberais triunfantes após a implantação do novo regime. Dos primeiros resultaria a opulência e o cosmopolitismo das famílias teratenentes e do último um maior dinamismo económico e social. Beneficiariam algumas gerações de prestígio e de espírito empreendedor, que marcaram a vida micaelense, favorecida ainda pela vinda e influência de António Feliciano de Castilho, cuja plêiade de iniciativas contribuiu para o enriquecimento da história cultural da ilha.

* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

¹ Veja-se Cecília Barreira, “*Onde está a Felicidade*” (*O conceito de Progresso Técnico no Século XIX*), Lisboa, Universitária Editora, 1997.

Fruto da assimilação e difusão dos ideais iluministas de progresso, sociabilidade, associativismo e civilização¹, a alguns vultos e cidadãos influentes da sociedade micaelense ficaram a dever-se importantes realizações cívicas, sociais, económicas e culturais de que toda a ilha beneficiou. O espírito do tempo, o empenhamento cívico e o centralismo governativo eram propícios à intervenção e à iniciativa particulares, por parte de todos quantos se distinguiam pela sua posição, fortuna material e formação intelectual.

Não obstante as restrições da insularidade e de algum conservadorismo latente, e sem descurar, por outro lado, a importante influência de diversas famílias estrangeiras que se fixaram no arquipélago, o prosseguimento dos estudos no continente ou no estrangeiro, o hábito das viagens, o gosto literário e o interesse pelo progresso do mundo ocidental, contribuíram para que, por intermédio de uma geração de “enraizados”, mas de “vocações europeia”, chegassem a S. Miguel os ecos e as marcas da modernidade e muitos dos hábitos sócio-culturais europeus, que se procuraram apropriar à realidade insular². Afinal, a felicidade e o bem estar, sucedâneos do progresso, só poderiam resultar da prosperidade aliada à regeneração moral, ao dinamismo social e ao desenvolvimento das artes e das ciências, o que, na totalidade, favoreceria a satisfação das necessidades humanas de natureza física e espiritual³. Quem melhor do que os descendentes das mais importantes famílias locais, com acesso à educação e cultura e com contactos para além dos horizontes ilhéus e das fronteiras nacionais, poderia garantir esse mesmo progresso ?

No mundo ocidental de oitocentos, as elites sociais marcadas pela complexa dicotomia inovação *versus* permanência, continuaram a ser importantes motores de desenvolvimento, impulsionadas pelo protagonismo que lhes assistia e pelo poder do nome ou do dinheiro. As classes dominantes distinguiam-se no *ranking* social pela dimensão da sua cultura material, pela sua vida social e ainda pelos seus comportamentos e

² O conceito de “enraizado” em oposição ao de “estrangeirado” abrange uma geração de homens que não se terão radicado no estrangeiro, exceptuando casos de permanências pontuais, e que se empenharam em subverter o atraso estrutural da vida material e *cultural* (acrescentamos) do seu país. Cecília Barreira, *op. cit.*, pp. 17-19. A expressão “vocações europeia” é de Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto. Subsídios para a história micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 57.

³ Veja-se cit. de Henrique Moreia por Cecília Barreira, *op. cit.*, pp. 12-13.

gostos. Da velha nobreza herdaram-se os hábitos de lazer e mundanidade, o gosto pelos eventos culturais, enfim, o prazer da recreação e da sociabilidade. Da nova nobreza oitocentista, ou seja, da alta burguesia endinheirada e em alguns casos também enobrecida, ganhou-se o espírito pragmático, a crença no progresso e nas capacidades individuais, iluminadas pela instrução, sem descuidar a força e o poder do associativismo eivado dos princípios liberais⁴.

No presente estudo não iremos abordar todas as formas de convívio e sociabilidade urbana. Sem pretendermos obliterar o universo popular, deter-nos-emos, como é óbvio, naquelas que fazem parte do mundo das elites e que correspondem a objectivos recreativos ou culturais, demonstrando, por isso, o empenhamento de grupos de cidadãos influentes no desenvolvimento local e na abertura do mundo insular às novidades europeias, atinentes à implementação dos hábitos da civilização e do progresso. Aspectos da vida social e recreativa, bem como eventos culturais são, pois, o principal objecto de estudo deste trabalho que apenas vem dar continuidade a outros, não muito numerosos, já publicados⁵.

1. Sociedade, quotidiano e urbanismo em S. Miguel

Entre os acontecimentos marcantes da história micaelense na segunda metade do séc. XIX, avultam a construção do porto artificial de Ponta Delgada, iniciada em 1861, e a inauguração do cabo submarino, em 1893. A complexidade e a morosidade da construção da doca, assaz dispendiosa, fizeram prolongar a empresa até finais da centúria, sempre com recurso a técnicos estrangeiros e à imposição de pesados tributos. O pro-

⁴ Sobre as elites sociais no século XIX, veja-se Susana Serpa Silva, “Luxo, Riqueza e Distinção: a vida quotidiana das elites sociais oitocentistas”, *Arquipélago-Ciências Sociais*, n.ºs 11-12, 1998, pp. 715-748.

⁵ Salientemos, por exemplo, de Nestor de Sousa, “Ponta Delgada: imagens de um percurso oitocentista”, *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, Casa dos Açores, n.º 3, 1991, pp. 139-160; “Instrução, Arte e Cultura na Ilha de S. Miguel no decurso do 1.º Ciclo Autonomómico”, in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, vol. 2, 1995, pp. 183-201; *O Palacete Porto Formoso e outras Imagens Oitocentistas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997; de Maria Teresa Tomé, *Ernesto do Canto. Os Açores na Problemática da Cultura do século XIX*, Ponta Delgada, Signo, 1989, de cariz biográfico.

tagonismo de notáveis cidadãos locais foi, porém, evidente e imprescindível para este empreendimento, cujo lançamento da primeira pedra constituiu momento solene e festivo⁶. Na última década do século a inauguração do cabo telegráfico, a cargo de uma empresa estrangeira, seria comemorada com pompa e regozijo, por S. Miguel ver diminuída a distância e o isolamento face ao resto do mundo⁷. As consequências destas inovações eram, de facto, por demais evidentes. No século das conquistas técnicas e científicas, da proliferação de movimentos ideológicos e culturais, da prosperidade material e aceleração dos transportes e comunicações, os ilhéus não podiam permanecer arredados do fenómeno da internacionalização e do progresso, sem esquecer os respectivos benefícios económicos.

Apesar da distância face ao reino, os acontecimentos políticos repercutiam-se nas ilhas, com maior ou menor protagonismo das mesmas. A aparente acalmia pós Regeneração seria ritmada, como sucedia na capital, pelo calendário eleitoral e pelas paixões e caciquismos partidários que influíam de forma visível nas relações e convívios sociais. As grandes questões nacionais (iberismo, republicanismo, colonialismo) também ecoavam na imprensa e entre os círculos sociais micaelenses, enquanto vários filhos da terra se distinguiam no reino, quer na vida cultural, quer na intervenção política, desde Antero de Quental a Hintze Ribeiro. Era das “casas ricas da ilha que saíam os chefes dos partidos, os Pares do Reino, alguns deputados e eminentes autoridades locais, como presidentes das Câmaras, membros da Junta Geral e governadores civis”⁸.

De entre as camadas eruditas e influentes, que viabilizaram diferentes manifestações associativas e cívicas - por vezes urdidadas entre as teias do secretismo maçónico - tiveram origem, por fim, os protagonistas do

⁶ A Junta criada por carta de lei de 9 de Agosto de 1860 com vista à administração dos fundos destinados a esta construção era presidida pelo então Governador Civil Felix Borges de Medeiros e pelos seguintes elementos: Clemente Joaquim da Costa, Ernesto do Canto, Francisco Machado de Faria e Maia, José Jâcome Correia, José Maria Raposo do Amaral e Nicolau António Borges de Bettencourt. Joaquim Candido Abranches, *Album Micaelense*, Ponta Delgada, 1869, pp. 31-32.

⁷ M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893. Cousas e Pessoas: cartas reproduzidas do “Diário de Noticias” de Lisboa*, Ponta Delgada, 1893, pp. 3-5.

⁸ Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*, “Col. Portugal e o Mundo Português”, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 168.

movimento autonomista das últimas décadas do século, em prol da defesa dos interesses e da livre e autóctone administração insulana. Em S. Miguel, a opinião pública mais esclarecida sentia-se negligenciada pela acção dos sucessivos governos que apenas faziam notar a soberania nacional na onerosa carga fiscal com que tributavam os insulares. Muitas das necessidades micaelenses eram supridas pelos próprios cidadãos que ora se valiam dos seus meios pessoais e da sua generosidade cívica e honrosa, ora recorriam a frequentes subscrições públicas. A campanha autonómica que culminaria no Decreto de 2 de Março de 1895 foi a via mais rápida para a concretização de alguns melhoramentos de grande alcance para a ilha de S. Miguel⁹.

Nos finais de oitocentos, a prosperidade que provinha do abundante comércio da laranja declinaria na década de 70, passando a advir da exportação do ananás para Londres e Hamburgo e do incremento de algumas indústrias como as do álcool e do tabaco, a que outras se seguiram. Apesar de condicionalismos adversos, foi relevante o avanço da agricultura e de outros sectores económicos com consequências noutros domínios da vida micaelense¹⁰. Contudo, não se pode falar de reformas estruturais profundas, pois continuou a persistir uma economia agrária subsidiária de uma estrutura social hierarquizada e tradicionalista¹¹.

A alta sociedade micaelense continuava a ser representada pelas antigas famílias nobres e possidentes, pelos grandes negociantes da praça de Ponta Delgada e por todos quantos o liberalismo titulou. Entre esta camada social sobressaía uma elite culta e viajada que, embora residindo na ilha, se deslocava com frequência ao continente e ao estrangeiro. Paris e Londres eram os destinos predilectos e, em casos esporádicos, por longas temporadas. Na capital francesa estudavam os filhos daqueles que se distinguiam pela linhagem e pela fortuna, interiorizavam-se os hábitos cosmopolitas, contactava-se com o bom gosto musical, literário e artísti-

⁹ A propósito dos movimentos autonomistas, veja-se Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 215-279; J. G. Reis Leite, “A Autonomia das Ilhas Atlânticas: os Açores e a Madeira - a experiência açoriana no século XIX”, in *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, S.R.T.C.E., vol.1, 1990, pp. 388-402.

¹⁰ Cf. Carreiro da Costa, *Perfil Histórico das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria*, Separata da Revista Insulana, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXIII, 1970, pp. 18-20.

¹¹ Cf. Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 167-170; Fátima Sequeira Dias, “Uma breve reflexão sobre a história dos Açores”, in *Arquipélago-História*, 2ª série, vol.III, 1999, p. 468.

co, conheciam-se as últimas novidades do mundo da moda e da mundanidade. Na capital inglesa, rentabilizavam-se os negócios, alargavam-se as relações comerciais, assimilava-se o espírito pragmático e empresarial britânico, copiando-se ainda alguns inventos, técnicas, avanços científicos e hábitos de sociabilidade. São estes elementos e as gerações seguintes que se vão empenhar no desenvolvimento da terra, testemunhando “esse afã de progresso, que não descarta contabilizar os lucros privados”¹².

Em paralelo, mas sem constituir um fenómeno generalizado, foi crescendo outra geração, oriunda e representativa de uma faixa social mediana, que se foi afirmando no funcionalismo, na vida política, no mundo empresarial, no jornalismo ou na instrução. Ao longo da segunda metade da centúria e em torno da oligarquia micaelense, iam-se fazendo notar todos aqueles que tiveram acesso ao ensino secundário ou liceal e, especialmente, universitário. Os efeitos da extinção dos morgadios e o peso da meritocracia liberal começavam, lentamente, a fazer-se sentir no meio insular¹³.

O grau de instrução e o desempenho de determinadas funções tornavam-se, cada vez mais, factores de ascensão social, por via da difusão dos valores burgueses. A educação não representava apenas um ideal romântico e moralizador, mas era, na prática, um mecanismo de afirmação pessoal. Tal como sucedia na Europa, o sistema educativo reflectia as barreiras sociais e, em simultâneo, consagrava-as. O ensino primário e o secundário não constituíam graus sucessivos de instrução, mas duas redes distintas, em que o primeiro se destinava ao ensino das primeiras letras, e o segundo à aprendizagem e formação cultural, ficando reservado, por isso, a grupos sociais restritos¹⁴.

A educação constituía um dos índices fundamentais de pertença às elites, herméticas e endogâmicas, detentoras do monopólio do poder, íntimas da hierarquia eclesiástica, senhoras da ilustração e da imprensa¹⁵. E tal como sucedia às dominantes elites oitocentistas ocidentais¹⁶, também em

¹² Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 168.

¹³ Accurcio Garcia Ramos, *op. cit.*, pp. 124-125.

¹⁴ Cf. Serge Berstein e Pierre Milza (coord.), *História do Século XIX*, “Biblioteca da História”, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997, p. 67.

¹⁵ “La domination des élites se maintient tout au long du XIXe siècle par la conjugation de plusieurs atouts: le prestige grâce aux liens familiaux, la fortune grâce aux liens avec les affaires, et l’influence grâce aux liens avec la politique”. Gabriel de Broglie, *Le XIXe Siècle. L’Éclat et le Déclin de la France*, Paris, Perrin, 1995, pp. 106-107.

¹⁶ Cf. Gabriel de Broglie, *op. cit.*, pp. 106-107, 129-133.

S. Miguel não lhes escasseavam os lugares e as oportunidades de reunião: os bailes, os salões, as festas familiares ou estivais, o teatro, enfim, as iniciativas associativistas, tendo por pano de fundo a cidade de Ponta Delgada, embora sem a vitalidade e o esplendor das grandes urbes estrangeiras.

No mundo ocidental, a cidade oitocentista foi o palco privilegiado das grandes e profundas revoluções, sejam as de âmbito material e técnico, sejam as de cariz ideológico e artístico. Ponta Delgada, como centro urbano de dimensões consideráveis - o único do arquipélago a registar aumento demográfico na centúria - constituiu o centro aglutinador das principais iniciativas sócio-culturais e recreativas da ilha.

Ao longo de oitocentos, podemos distinguir duas fases dominantes na vida sócio-cultural e associativa de Ponta Delgada, que correspondem a períodos de relativo apaziguamento político entre os micaelenses.

A primeira fase decorreu sob a égide do setembrismo, com a primazia dos reformistas locais contagiados pela intenção de Passos Manuel de promover a educação. Num país de instituições livres urgia preparar os jovens para o desempenho dos seus deveres e direitos de cidadania e nas ilhas esta necessidade tornava-se mais premente porque eram muitos os que não podiam prosseguir estudos universitários. Assim, com o objectivo de ensinar Direito Público, de dar a conhecer a lei e os princípios do constitucionalismo, no intuito de impedir o retrocesso das velhas doutrinas, foi fundada a *Sociedade dos Alunos de Direito de Ponta Delgada*, em Janeiro de 1836, presidida por António Amaral Machado, juiz da Relação. Manuel António de Vasconcelos, André do Canto, Gil Gago da Câmara Junior, Pedro de Alcântara Borges, Joaquim António Bettencourt, Pedro Jácome e João Soares de Albergaria foram alguns dos sócios e impulsionadores, representando uma “geração liberal” que não se esgota neste elenco e que, ora por intermédio do desempenho de cargos públicos, ora por iniciativa particular, deu origem a outras instituições, como a inovadora *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*. É ainda deste período que datam a criação de uma Escola Médico-Cirúrgica, a abertura da Biblioteca Pública (a que nos referiremos adiante) e outras relevantes iniciativas da vereação camarária de que faziam parte muitos elementos dessa mesma geração¹⁷.

¹⁷ Cf. Francisco Machado de Faria e Maia, *Novas Páginas da História Micaelense. Subsídios para a História de S. Miguel, 1832-1895*, “Col. Autonomia”, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994 (Ed. original: 1947), pp. 191 e ss. Veja-se Fátima Sequeira Dias, “Algumas Reflexões sobre a Difusão da Instrução no Concelho de Ponta Delgada no século XIX”, in *Arquipélago-Ciências Sociais*, Universidade dos Açores, n.os 11-12, 1998, pp. 169-194.

A segunda fase iniciou-se por meados da centúria e prosseguiu com a acalmia do período regenerador. Coincide, *grosso modo*, com segunda metade do século XIX, a que nos reportámos em especial. Podemos considerar o ano de 1847, como o ponto de partida pois corresponde à chegada à ilha de António Feliciano de Castilho. O poeta inspirou a geração que o viu chegar e seus descendentes, como modelo de intervenção pública esclarecida, como referência de militantismo cívico, como paladino das letras e da dedicação à instrução pública. Assim o demonstram todas as homenagens de que foi alvo. Entre os seus amigos e protectores contavam-se o morgado José Caetano Dias do Canto Medeiros e seus filhos, João Silvério Vaz Pacheco Canto e Castro, Caetano António de Melo, Nicolau Raposo de Amaral, José Pereira Botelho. À geração romântica de discípulos que deixou também ficou a dever-se o progresso material e intelectual do distrito e de Ponta Delgada, em particular¹⁸.

Para o visitante que chegava por mar, a cidade não causava a melhor das impressões, mas em contrapartida, os belos jardins à inglesa ou botânicos, propriedades do Conde de Jácome, de José do Canto e de António Borges constituíam a mais agradável surpresa a qualquer viajante que, por falta de melhor alojamento, se via forçado a pernoitar no *Azorian Hotel*, no coração da Praça do Município¹⁹.

Nos finais da centúria, o pavimento das ruas encontrava-se bastante deteriorado devido à canalização de água e de gás, duas importantes infraestruturas urbanas há muito reclamadas pela opinião pública. Um importante passo urbanístico foi a iluminação a gás, inaugurada em 1884 e que veio substituir a de óleo de peixe e azeite. Apesar dos melhoramentos, a cidade não disfarçava o seu provincianismo e ruralidade. O movimento cidadão era diminuto durante os dias da semana, a não ser junto ao cais e nas artérias comerciais. Dominava o pequeno comércio a retalho pouco especializado. A monotonia e a pacatez cadenciavam o quotidiano. Ainda assim, Ponta Delgada possuía grande número de carruagens particulares e carros de aluguer que simbolizavam a prosperidade de alguns residentes que habitavam em palácios e solares de respeitável dimensão e dinamizavam muitas das principais instituições. Entre os aspectos mais característicos da cidade des-

¹⁸ Cf. Francisco Faria e Maia, *op. cit.*, pp. 273 e ss.

¹⁹ J.V. Paula Nogueira, *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*, “Bibliotheca do Portugal Agricola”, Lisboa, Administração do Portugal Agricola, 1894, p. 28. Veja-se Maria Isabel Albergaria, “Os Jardins na imagem da Cidade de Ponta Delgada”, in *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 anos da Cidade de Ponta Delgada*, Universidade dos Açores, 1999, pp. 211-222.

tacavam-se a abundância das araucárias e o capelo, “desgraciosa toilette feminina insulana, um tanto decaída de moda e que hoje [1893] é quasi unicamente usado nas classes média e inferior da sociedade”²⁰.

Instituições urbanas primordiais eram o Liceu Nacional, a Biblioteca Pública, o Museu e o Observatório Meteorológico que testemunhavam todo o empenho cívico e patriótico dos mais proeminentes habitantes da cidade.

Criada por decreto régio em 1841, a Biblioteca Municipal foi tida como um acto de justiça para um aglomerado como Ponta Delgada. Para além do Governador Civil, houve grande empenhamento do comendador José Caetano Dias do Canto e Medeiros e a doação de livros e colecções coube ao Barão de Fonte Bela com 600 volumes, a José Jácome com 40 e a Bernardino José de Sena Freitas que doou as obras de Homero, em 8 volumes. O espólio bibliográfico dos extintos conventos também veio constituir o núcleo da biblioteca²¹.

Fundado em 1879, o Museu foi iniciativa de Carlos Maria Gomes Machado, médico e professor micaelense, com perfil de naturalista, coadjuvado pelo também naturalista Capitão Francisco Afonso de Chaves e pelo Conde de Fonte Bela, que subsidiou a instituição por largos anos. Uma comissão de “cavalheiros de elevada posição social” passou a administrar e a proteger esta instituição a partir de 1890²².

Outras instituições que marcavam a urbanidade e o civismo de Ponta Delgada eram o Teatro Micaelense, pertença de um grupo de accionistas, o Teatro-Circo, propriedade particular, o Hospital e as diversas instituições de beneficência que atestavam, uma vez mais, o mérito caritativo e filantrópico de alguns elementos da alta sociedade local²³. Sociedades, Clubes e Grémios, alguns de efemera duração, animavam a urbe, cuja

²⁰ M. Emygdio da Silva, *op. cit.*, p. 10. Veja-se também J.V. Paula Nogueira, *op. cit.*, pp. 39 e ss.

²¹ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n. 75, *A Persuasão*, n. 1825, 6/1/897, in *As Escavações*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, vol.I, pp. 186-187.

²² Gabriel d’Almeida, “Ponta Delgada”, *Diccionario Historico-Geographico dos Açores*, pp. 159-160; Bento Carqueja, *Os Açores. Notas instantâneas*, “Biblioteca da Autonomia dos Açores, vol II”, Ponta Delgada, 1894, p. 6.

²³ São os casos do Albergue Nocturno, legado de D. Margarida de Chaves ou a acção de Luiz Soares de Sousa relativamente ao Asilo de Mendicidade. Cf. Alice Moderno, *Açores. Pessoas e Coisas*, Ponta Delgada, Typ. Popular, 1901, pp. 42-43.

vida cultural se encontrava intimamente ligada à dinamização da sociabilidade. A nível empresarial e no sector dos serviços destacou-se a criação da Empresa Insulana de Navegação, em 1871 e o estabelecimento de agências de bancos e seguradoras nacionais, a partir de 1874²⁴.

Os dois passeios públicos da cidade que possibilitavam este hábito urbano do oitocentismo romântico, eram o aterro, junto ao mar, também conhecido como passeio Antero de Quental e o campo de S. Francisco, arborizado e ajardinado, com um coreto ao centro, rodeado por um lago. Aqui, às quintas-feiras e aos domingos, entre as 17 e as 19 horas, ao actuar a banda de Caçadores 11 “o *high-life* como em Lisboa na Avenida, senta-se a leste nos bancos do passeio e em cadeiras de aluguer, notando-se aqui que estas são também tomadas por gente do povo quando os seus grupos não cabem nos bancos do jardim”²⁵. Em divertimento comum, era visível a tácita separação das categorias sociais, naquele que se tornou o “ponto de maior vivência social de Ponta Delgada”²⁶.

Novas formas de sociabilidade iam quebrando, assim, a monotonia do quotidiano, ritmado pelas estações do ano e entrecortado pelos dias santificados, pelos nascimentos e funerais. Tal como sucedia no reino²⁷, as celebrações e manifestações colectivas ou festivas estavam intimamente ligadas, desde tempos remotos, ao calendário das festividades religiosas que, no geral, pautava toda a vida da sociedade, desde as camadas populares às elites. O predomínio da fé católica, o carácter hospitaleiro, laborioso e jovial dos açorianos era notado pelos inúmeros visitantes nacionais e estrangeiros que descreveram o arquipélago no século passado. Apesar das nuances insulanas e de algumas anotações menos abonatórias que apontam a ignorância, o atraso e os vícios, quer do povo, quer das classes mais elevadas²⁸, os açorianos eram tidos como gente alegre que

²⁴ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Ponta Delgada - 450 de Cidade*, Ponta Delgada, Câmara Municipal, 1996, pp. 74-75.

²⁵ M. Emygdio da Silva, *op. cit.*, pp. 8-9. Veja-se Nestor de Sousa, *Ponta Delgada...op. cit.*, pp. 149-150.

²⁶ Nestor de Sousa, *O Palacete Porto Formoso...op. cit.*, p. 25.

²⁷ Veja-se, por exemplo, Teresa Rodrigues, *Cinco Séculos de Quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 73-74.

²⁸ Captain Boid, “Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais”, *Insulana*, 5 (2), 1949, cit. por João Emanuel Cabral Leite, *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*, pp. 75-77 e Fátima Sequeira Dias, “A descoberta das ilhas e a construção de um imaginário”, in *Actas do V Colóquio Internacional de História das ilhas do Atlântico*, Angra do Heroísmo (no prelo).

amava “a música, a dança, as representações teatrais, as reuniões de máscaras, as loucuras do carnaval, as cavalhadas, as corridas de touros”²⁹ e as festas do Espírito Santo, as mais populares do arquipélago.

Para a classe dominante, o Inverno registava o apogeu das temporadas musicais e teatrais, o convívio dos bailes e saraus familiares, bem como as celebrações natalícias. Logo após o Natal, a alta sociedade preparava os festejos carnavalescos. O Carnaval sempre correspondeu, nas ilhas como no reino, a uma época hilariante, propícia a todo o tipo de brincadeiras e acontecimentos mundanos, pois a proximidade do período quaresmal, suposto ser de mortificação, levava a que todos procurassem o máximo divertimento³⁰. Com a Primavera proliferavam os festejos do Espírito Santo que secundavam as solenes festas do Senhor Santo Cristo. Na época estival as ricas famílias micalenses deslocavam-se para as zonas mais aprazíveis da ilha, onde possuíam vivendas de recreio e gozavam os prazeres da natureza, sem descuidar as festas e convívios sociais. A estação balnear ou elegante começava no dia 24 de Junho, dia de S. João³¹.

O vale das Furnas era o local de veraneio por excelência, para a alta sociedade micalense³². Durante o dia, não faltavam os descantes e os *pic-nics* campestres. Ponto de encontro e de passeio era o parque, inicialmente baptizado com o nome de Vila da Murta, por assim se denominar a ribeira que o atravessava. Depois do meio-dia, os pavilhões, as bancadas, os quiosques ficavam animadíssimos. Ali “costura-se, borda-se, joga-se, conversa-se, passa-se animadamente algumas horas, enquanto ranchos de crianças saltitam, correm, divertem-se em jogos infantis”³³. As noites eram passadas no Club onde se dançava e jogava. Este edifício feito segundo risco de um arquitecto francês, tardou em ficar concluído, mas era auspicioso o seu futuro por possui uma grande sala para teatro ou concertos. Em muitas casas particulares também se multiplicavam os serões, alguns deles dedicados à música ou ao gosto pelas charadas figuradas,

²⁹ Accurcio Garcia Ramos, *Notícia do Archipelago dos Açores e do que ha de mais importante na sua historia natural*, Angra do Heroísmo, Typ. Terceirense, 1869, p. 121.

³⁰ Cf. Teresa Rodrigues, *op. cit.*, p. 80.

³¹ Lyman H. Weeks, “Nos Açores”, in *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XIV, 2º semestre, 1958, p. 269.

³² Cf. Nestor de Sousa, *Ponta Delgada ... op. cit.*, pp. 156-157.

³³ José de Torres, *Ensaíos*, Ponta Delgada, 1849, p. 57.

reflexo da predileção micalense masculina e feminina de adivinhar provérbios e palavras³⁴. De um modo geral, por entre as bordejatas na lagoa, as pequenas digressões pedestres, as animadas excursões de burro ou os repouso reconfortantes, decorriam “danças, e bailes para entreter serões calmosos - (...) e tanta outra diabrura (...)”³⁵.

As danças e os bailes, portanto, faziam parte integrante da vida social e da convivialidade da sociedade micalense, não apenas durante a vigiliatura de verão.

2. Os bailes e as festas dançantes

O mundo dos lazeres, da ociosidade e da vida mundana, que legitimava a superioridade social das elites, foi durante muito tempo apanágio das mesmas e apesar dos fenómenos de mimetismo social, a elegância, o luxo e a civilidade continuavam a funcionar como marcas de distinção, ao longo de todo o século XIX³⁶.

À semelhança do que sucedia entre as congéneres europeias, os saraus, os jantares de gala, as festas dançantes e, em particular os bailes, constituíam momentos de destaque na vida quotidiana da alta sociedade micalense, um tanto ociosa e amiga da ostentação³⁷. Os bailes eram, por excelência, o espelho da elegância e da sociabilidade, mas também do poder económico, do prestígio político e do *status* social. Neles se reflectia o grau atingido pelo “termómetro da civilização”³⁸, em conformidade com o clima mental da época.

As boas maneiras determinavam que nos grandes bailes de corte, de clubes ou assembleias, os cavalheiros se pudessem dirigir às damas com quem desejassem dançar, sem intervenção de outra pessoa e desde que salvaguardassem as respectivas hierarquias sociais. Em bailes particulares, como o círculo de convivas é mais restrito, os pares eram mais espon-

³⁴ *Idem*, p. 58.

³⁵ *Ibidem*, p. 68.

³⁶ Cf. Susana Serpa Silva, “Luxo, Riqueza... *op. cit.*”, pp. 743-744.

³⁷ Captain Boid, *op. cit.*, p. 77.

³⁸ Francisco Maria Supico, “Os Bailes”, in *O Cosmorama*, Ponta Delgada, 1862, p. 24.

tâneos, caso contrário, cabia ao dono da casa designar aos cavalheiros as senhoras com quem deviam ou pretendiam dançar. Estipulava a elegância que todo o cavalheiro se mantivesse actualizado quanto às danças e figuras que a moda fazia variar e que na condução da dama o fizesse com todo o respeito, arte e cortesia, sem demonstrar nenhum ressentimento caso fosse rejeitada a sua pretensão³⁹.

Mas, o baile não era só uma ocasião propícia à integração social, ao prazer da dança e do educado bulício. Os bailes favoreciam o namoro, a troca de olhares e de gestos, acendendo paixões e devaneios que a boa moral mandava controlar. Eram ainda verdadeiros *rendez-vous* e por isso com lugar de destaque para a importante arte da conversação. No devido tom, na linguagem adequada, no momento próprio e em conformidade com o sexo e a idade. Aos jovens cabia ouvir, mas falar pouco, quando em presença de pessoas de idade. Às meninas que tivessem interlocutor do sexo oposto, era devido conduzir o olhar não para o rosto, nem para o chão, mas para os ombros e com todo o respeito⁴⁰.

Embora qualquer circunstância festiva motivasse a organização de um baile e apesar de determinadas épocas do ano serem mais propícias a estes eventos, nenhuma se aflorava tão apropriada como o Carnaval. Durante o entrudo micaelense multiplicavam-se os “bailes de máscaras” quer entre os círculos sociais mais elevados, quer entre as classes inferiores. Se o baile popular decorria ao ar livre, o baile das elites desenrolava-se nos salões, iluminados e decorados a preceito, onde deslizavam os pares, vestidos a rigor, ao ritmo das melodias elegantes. Valsas, polcas, mazurcas, danças de roda, contradanças francesas preenchiam as noites de festa em conformidade com o “bom gosto” da época⁴¹. Danças e bailes havia-os para todos os gostos e para todas as classes, mas em espaços e com características diferentes, socialmente bem demarcados.

Momentos memoráveis da vida social e cosmopolita micaelense foram, com cerca de 70 anos de intervalo, os bailes oferecidos pela elite

³⁹ *Manual de Civilidade e Etiqueta para uso da mocidade portuguesa e brasileira*, Lisboa, Typ. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1845, Cap. IX, pp. 88-97.

⁴⁰ *Compendio de Civilidade religiosa e moral, para uso das aulas de instrução primária*, 4ª edição, Lisboa, Typ. Castro & Irmão, 1834, pp. 29-32.

⁴¹ Cf. Rute Isabel Dias, “O Baile em Ponta Delgada na 2ª metade do século XIX”, in *Suplemento do Açoriano Oriental*, nº III, 20 Julho 1990.

local a D. Pedro IV, Duque de Bragança - aquando da sua estada por terras açorianas - e os que decorreram no Clube Micaelense durante a visita dos reis D. Carlos e D. Amélia. Excluindo estes momentos de exceção, já em 1848, D’Avezac registara o quanto as festas e as cerimónias religiosas e militares eram do agrado dos açorianos, apaixonados pela música e pela dança. Entre os círculos sociais mais elevados a dança era uma prática habitual, tendo sido adoptado, desde a década de 30, o costume de dançar-se o *landun* (dança popular muito semelhante ao bolero espanhol), obrigatório em todas as *soirées*, tal como a clássica quadrilha⁴². Assim, nos meios sociais mais elevados também se conciliavam divertimentos populares com o toque mais refinado da elegância, da etiqueta e dos bons costumes ditados pelo figurino lisboeta e parisiense ou registados nos manuais de civilidade.

Em 1868, Bulhão Pato, de passagem pela ilha, relata os animados bailes a que assistiu em época carnavalesca. De todos, os mais sumptuosos eram os do Clube Micaelense, onde as máscaras orientais e a exótica decoração das salas deixavam transparecer a sólida prosperidade dos sócios. A “entrada da embaixada chinesa” constituiu um dos momentos altos, imaginado e organizado por Ernesto do Canto. No Clube mantinha-se ainda um costume que deixara de ser usual em Lisboa: “dança-se muito e passeia-se quase tanto como se dança”⁴³, prolongando-se o convívio e o tema da conversa interrompida.

Nas Furnas, os *soirées* eram alegres e coloridos por música e poesia. A partir de 1859, orquestras de amadores, como a Sinagoga e Flos Sanctorum, faziam vibrar as festas no vale. A alguns membros da aristocracia europeia foram oferecidas elegantes recepções que marcaram a sociabilidade estival nas Furnas que, contudo, à medida que o século findava foi decaindo⁴⁴. Sob diferentes pretextos organizavam-se as mais divertidas festas dançantes. Jacinto Soares de Albergaria, por exemplo, distinto membro da Maçonaria, decidiu dar uma festa convidando a alta sociedade em

⁴² D’Avezac, *Iles de L’Afrique*, Paris, Firmin Didot Frères, Éditeurs, 1848, p. 56. Captain Boid, in *op cit.*, p. 76.

⁴³ Bulhão Pato, *Cartas dos Açores (S. Miguel)*, Ponta Delgada, Typ. da Voz da Liberdade, 1868, p. 31.

⁴⁴ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n. 380, *A Persuasão*, n. 2140, 21/1/903, in *op. cit.*, vol. II, pp. 833-835.

férias, “com vista ao pagamento da patente de sua filha e de uma prima desta aos patriarcas das Furnas”, por ser o primeiro ano que esta gozava neste vale. Esta espécie de baile de debutantes, ou melhor, de cerimónia iniciática, foi rodeada de grande animação. As cartas da patente foram entregues e lidas com grande solenidade tendo as duas jovens, em ritual, beijado o selo das mesmas, passando de calouras à categoria de abadessas de 1ª classe. Findo o cerimonial abriu-se o baile, servindo-se pouco depois o chá. A dança prosseguiu sendo interrompida por uma sessão de prestidigitação. Em seguida foi servida ceia e por fim voltou-se a dançar até à 1 da manhã.

Sob diferentes formas e pretextos organizavam-se os lazeres e convívios sociais das elites micaelenses, nos quais sobressaíam as jovens casadoiras ou as damas sobriamente recatadas, mas o mais possível deslumbrantes nas *toilettes* de corte ou modelo parisiense. Embora muitos dos bailes decorressem em casas particulares, no seio do salão e da ambiência familiares, em múltiplas ocasiões organizavam-se em lugares públicos, como o teatro ou então em espaços selectivos reservados a subscritores, como as sociedades recreativas que detinham lugar preponderante na promoção da sociabilidade ou “vida de relação”. De facto, estas instituições ao promoverem “laços entre indivíduos e grupos sociais, configurando valores e comportamentos colectivos”⁴⁵, proporcionavam diferentes vias de comunicação social.

3. Sociedades recreativas e literárias

Foi considerável o número de associações ou sociedades surgidas nesta época, em conformidade com o surto associativista que percorreu a centúria. O século XIX foi herdeiro do pensamento iluminista que fazia sentir ao indivíduo a sua natureza social e associativa com vista à satisfação de diferentes necessidades e em conformidade com as próprias leis naturais⁴⁶. O espírito positivo, na continuidade destes ideais, deu maior

⁴⁵ João Lourenço Roque, “Coimbra de meados do século XIX a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana”, in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Vol. XII, 1990, p. 301.

⁴⁶ Costa Goodolphim, *A Associação*, “Biblioteca Socialista Portuguesa”, Lisboa, Seara Nova, 1974,(ed. original: 1876), pp. 21-22.

impulso ao sentimento social, ao considerar que todo o desenvolvimento humano se devia à sociedade e à ligação de cada um a todos. A teoria das vontades gerais consubstanciava-se, então, na conjugação do bem-estar privado com a interiorização do sentimento de solidariedade⁴⁷. Assim, a acção social e filantrópica decorria de acções colectivas, tal como a vida cultural dependia da dinamização da sociabilidade.

Nas ilhas, a prática associativa teve, de início, uma feição política e de implantação maçónica e, só na segunda metade do século parece ter obedecido às premissas iluministas e positivas que então incentivaram as práticas civilistas⁴⁸. No entanto, o debate político-partidário não estaria de todo arredado destes núcleos, por via das tendências partilhadas pelos seus membros. Destinadas a diferentes fins, as sociedades micalenses ora reflectiam o desejo de promoção e progresso económico da ilha⁴⁹, ora traduziam o espírito de solidariedade e beneficência⁵⁰, ora denotavam preocupações de cariz recreativo e cultural, com o objectivo de divertir, sem descurar os preceitos morais e, sobretudo, com aproveitamento intelectual ou artístico. Muitas destas sociedades resultaram e beneficiaram da iniciativa particular, de figuras influentes e opulentas, empenhadas civicamente. Dois casos exemplares foram os do Barão da Fonte Bela e do Visconde da Praia, cognominado pai dos pobres e protector das letras⁵¹.

A primeira sociedade recreativa micalense, designava-se por *Assembleia Micaelense* e data de 1836 ou 1837. Sediada num edifício a nascente do Campo de S. Francisco representava o espaço de eleição de sociabilidade e convívio da elite urbana. O baile solene de abertura coincidiu com o aniversário da Rainha, resultando numa ocasião festiva de grande esplendor.

⁴⁷ Augusto Comte, *Discours sur l'Esprit Positif*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1990, pp. 118-120.

⁴⁸ Conceição Tavares, *Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada. Origens oitocentistas de uma instituição humanitária*, Ponta Delgada, A.H.B.V.P.D. / Universidade dos Açores, 1999, p. 39.

⁴⁹ Por exemplo: a *Associação Comercial*, fundada em 1835; a *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, criada em 1843 ou a *Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses*, instituída em Abril de 1898.

⁵⁰ Por exemplo, a *Associação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada* fundada em 1879.

⁵¹ Costa Goodolphim, *op. cit.*, p. 195.

dor social e recreativo. Uma sociedade deste tipo era há muito almejada pelos micaelenses mais ilustres e de espírito cosmopolita “que olham a distração da vida como um auxílio poderoso para lhes mitigar os azedumes, e que escolhem a sociabilidade como um remédio a adoçar os costumes, e de entreter a amizade, de dissipar os ódios, e de auxiliar as luzes, enquanto lentamente perdem a expansão do sentimento, e a divulgação das ideias”⁵². Os respectivos estatutos definiam-na como uma sociedade destinada a promover a ilustração, o convívio e o recreio de todos os seus membros através da organização e promoção de reuniões, bailes, um gabinete de leitura e jogos⁵³.

Contudo, na realidade, os propósitos moralizadores não lograram esconder profundas divergências político-partidárias que assolavam a sociedade local. A incompatibilidade ideológico-política que ainda se mantinha como um obstáculo intransponível entre algumas famílias micaelenses levou à criação do *Clube de Ponta Delgada*. Enquanto esta sociedade recreativa agremiava os adeptos do partido cartista, solenizando os aniversários da Carta Constitucional, a Assembleia constituía o centro dos setembristas mais avançados. Logo, sob o imparcial leiteiro da instrução e recreio, ambas as sociedades disfarçavam acintosas rivalidades políticas, constituindo centros de agitação política com origem em antigas lojas maçónicas⁵⁴.

Apenas o apaziguamento político pós 1851, resultante do movimento regenerador, surtiria efeito também a nível da sociabilidade. Reunindo-se a elite micaelense, deixou de se justificar a existência de duas sociedades recreativas e em Janeiro de 1857 fundiram-se as duas associações, dando origem ao *Clube Micaelense* doravante sediado na casa onde existia o extinto Clube de Ponta Delgada, ao canto da rua Nova da Matriz. A designação da nova sociedade reunia os dois títulos das que deixavam de existir. Um brilhante baile solenizou esta fusão e logo se deram ao prelo os respectivos estatutos⁵⁵.

⁵² *O Açoriano Oriental*, 18 de Março de 1837, cit. por Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº. 189, *A Persuasão*, n. 1942, 5/4/899, in *op. cit.*, vol. II, p. 453.

⁵³ *Estatutos da Assembleia Recreativa de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Typ. do Correio Michaelense, 1854, p.3.

⁵⁴ Veja-se Francisco Machado de Faria e Maia, *op. cit.*, cap. VIII ; João Bernardo O. Rodrigues, *Clube Micaelense. Acta da Sessão Solene comemorativa do primeiro centenário da sua fundação*, Ponta Delgada, 1958, p. 15.

⁵⁵ Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº. 189, *A Persuasão*, nº. 1942, 5/4/899, in *op. cit.*, vol. II, p. 454.

Em 1869, Candido Abranches refere a existência de quatro sociedades recreativas em Ponta Delgada, para além da Sociedade Teatral. Uma era o referido *Clube Micaelense*, outra a *Sociedade Recreativa*, a terceira era o *Grémio Recreativo das Classes Laboriosas* e, por fim, a *Banda Marcial Progresso*. Questões de classe, de poder económico e de segregação social terão levado ao surgimento destas outras três sociedades. O requinte, a diversidade de distrações e o montante das quotas mensais eram muito inferiores às do Clube, cujo elitismo e selectividade se foram afirmando. Da Sociedade Recreativa faziam parte a “burguesia honrada” a quem o desprezo de “outra sociedade da terra” obrigou a reunir-se em separado⁵⁶. O Grémio Recreativo, tal como o nome indica, era exclusivamente composto por operários e membros das classes mecânicas que assim organizavam reuniões de família, jogos de bilhar e leituras, em lugar próprio, sito à rua dos Mercadores⁵⁷.

3.1. O Clube Micaelense

A 14 de Janeiro de 1857 assinaram o protocolo que reuniu as duas associações no Clube Micaelense, o Visconde da Praia, como presidente do extinto Clube e José Jácome Correia, como delegado do Conselho Administrativo da Assembleia. Uma Comissão Provisória de 7 membros, eleitos entre os cidadãos presentes, ficou encarregue da administração e do projecto estatutário⁵⁸. Os primeiros estatutos foram aprovados a 17 de Fevereiro de 1857, acompanhados de uma lista com 221 sócios. De 1873 data um projecto de alteração dos estatutos e em 1892 publicaram-se novos, acompanhados de regulamento interno.

Segundo os Estatutos de 1892, esta era uma “associação recreativa”, sem número de subscritores limitado, com o fim de proporcionar “recreio aos sócios e suas famílias por meio de leitura (...), diversos jogos,

⁵⁶ Assim achava por bem lembrar Supico, membro desta sociedade burguesa, em *A Persuasão*, nº 624, 30 Janeiro de 1867.

⁵⁷ *Album Micaelense*, Ponta Delgada, 1869, pp. 41-42.

⁵⁸ *Clube Micaelense...op. cit.*, pp. 12-13.

bailes, reuniões familiares. etc.”⁵⁹. Já nos estatutos de 1857 esta sociedade destinava-se a “promover a ilustração e convivência de todos os seus membros, e de suas respectivas famílias”, pelo emprego de reuniões diárias, gabinete de leitura, jogos de bilhar, de gamão, de xadrez, carteados e bailes, sem qualquer fim político ou religioso⁶⁰. Esta salvaguarda procedia do conturbado contexto político anterior.

Pelos estatutos de 1892, ficou estipulado que a sociedade era representada pela reunião dos sócios em assembleia geral e pela sua direcção eleita e constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, um tesoureiro, um secretário, um vice-secretário e dois vogais⁶¹. À Direcção competia, entre outras, a administração dos fundos da sociedade, a escrituração regular, a admissão ou demissão dos empregados e serviçais, a designação e informação dos dias dos bailes e reuniões de família, por fim, a aprovação ou não das propostas de admissão dos sócios⁶².

⁵⁹ *Estatutos do Club Michaelense e Regulamento Interno, aprovados em sessão da Assembleia Geral de 20 de Janeiro de 1892*, Ponta Delgada-S. Miguel, Typ. do Archivo dos Açores, 1892, p. 3. Estes estatutos vieram revogar os de 1857 e foram aprovados pelo médico, então Governador Civil, Carlos Maria Gomes Machado. A Direcção era composta por Ernesto do Canto, Manoel d’Araujo Brocas, Abel de Frias Coutinho, Caetano José Velho de Mello Cabral, Arthur Amorim da Camara. Aos Estatutos foi pensada uma lista dos sócios, dos sócios readmitidos e sócios extraordinários.

⁶⁰ *Estatutos do Club Michaelense, aprovados nas Sessões de 28 de Janeiro e 16 de Fevereiro de 1857*, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açoreanas, 1857, pp. 3-4. A Comissão que os subscreveu era composta pelo Visconde da Praia - Presidente e José Jácome Correia - Vice-Presidente. Como vogais assinaram Laureanno Francisco da Câmara Falcão, Amâncio Gago da Câmara, Clemente Joaquim da Costa, José Maria Raposo do Amaral. O Tesoureiro era Euzébio Dias Poças Falcão. O mesmo Estatuto contém uma lista de todos os sócios do Clube naquela época, contando-se membros das principais famílias locais, autoridades, comerciantes, hebreus e até clérigos. O Conselho Administrativo era formado pelo Presidente, António Borges da Camara Medeiros, pelo Vice-Presidente, Nicolao Anastácio B. de Bettencourt, pelo Secretário, Ernesto do Canto, e Vice-Secretario, Jose M. do Couto Severim. Os Tesoureiro e Vice-Tesoureiro eram Jacinto Fernandes Gil e Reverendo J. de M. Souza e os vogais eram João S. de Souza C. Albuquerque, Balthazar Rebello Borges de Castro, Francisco Machado de Faria e Maia, Dr. João Soares d’Albergaria, Francisco Pereira L. de Bettencourt, João Bento Botelho de Gusmão e Laureanno Jorge Pinto da Câmara Falcão.

⁶¹ *Estatutos de 1892*, p. 3.

⁶² *Idem*, p. 6.

Estes podiam ser propostos pela própria Direcção ou por outros membros do Clube, e as propostas, com os dados pessoais, deviam ser entregues ao Presidente, sendo então afixadas, por 8 dias, no Gabinete de Leitura. Passado esse intervalo de tempo, competia à Mesa da Direcção e aos sócios presentes (não menos de 12) “colher em escrutínio secreto por esferas brancas e pretas, a aprovação ou rejeição do candidato”. Por quatro votos negativos ficava rejeitado o candidato, e neste caso, podia ser repetida a votação mais duas vezes⁶³. O indivíduo rejeitado só poderia ser novamente proposto após um ano. O individuo aceite recebia uma participação do Presidente, cabendo ao Secretário abrir assentamento. Só podiam ser aprovados como sócios aqueles que, pelas leis do reino, eram aptos para administrar a sua pessoa e bens, nacionais ou estrangeiros, residentes na ilha e *sui juris*, dividindo-se nas seguintes categorias: sócios ordinários (que pagavam jóia no acto de admissão) e sócios extraordinários (que por não pagarem jóia, contribuíam com o dobro da quotização mensal)⁶⁴. Em 1857, a jóia era de 4\$800 réis e a quota mensal era de 1\$200. Em 1892, o estatuto de ordinário e extraordinário altera-se, sendo a jóia para os primeiros de 4.000 réis e 1.250 por mês, e de 2.000 anuais e 480 mensais para os segundos⁶⁵. Uma interpretação sociológica da lista dos primeiros sócios permite notar, segundo João Bernardo Oliveira Rodrigues, representantes de quase todas as famílias morgadias, bem como numerosas pessoas provenientes do comércio e da indústria, das profissões liberais, do clero e do funcionalismo público. Ao contrário do que afirma aquele autor, estas não configuram o sentido de tolerância e abertura da instituição, “em perfeita concordância com o espírito de camaradagem”, mas denotam sim a confluência que se registou entre as famílias tradicionais e aristocráticas com aqueles que se distinguiam e ascendiam pelo poder do dinheiro ou pela força da instrução, provenientes de uma faixa social mediana ou de comunidades estrangeiras, como a judaica⁶⁶.

⁶³ *Idem*, p. 7.

⁶⁴ *Estatutos de 1857*, p. 5. Como sócios ordinários passaram a entender-se os habitantes de Ponta Delgada e como extraordinários os residentes fora dela. *Estatutos de 1892*, pp. 10-11.

⁶⁵ *Estatutos de 1892*, p. 21.

⁶⁶ *Clube Micaelense...op. cit.*, p. 13, 43-50.

O poder e a estabilidade económica eram fundamentais. Todo o sócio perderia direito de o ser quando por mais de três meses sucessivos não pagasse a respectiva quota, e posteriormente, quando faltasse a duas quotizações mensais, sendo ainda obrigado a apresentar-se com decência em todas as reuniões, bem como a respeitar o cumprimento do Estatuto e Regulamento. Era terminantemente proibido fumar no gabinete de leitura, na sala principal e casa de chá ou sustentarem-se questões acaloradas, fazendo perigar a boa ordem⁶⁷. Aliás, no gabinete de leitura era proibido fazer barulho que perturbasse os leitores, tal como só eram autorizados, nas salas de jogo, os jogos que a lei não proibia, tais como o bilhar, xadrez, gamão ou damas. Cada banca de jogo pagava 240 réis, à excepção dos últimos três jogos onerados apenas em metade. Em relação ao bilhar, não se podia jogar mais de três partidas seguidas. Em noites de baile ou de reunião de família não havia pagamento de qualquer jogo, nem mesmo da “carambola portuguesa”⁶⁸.

Durante o Outono e o Inverno, era servido chá aos sócios que se encontrassem no clube, pelas 8 horas da noite e no decorrer da Primavera e Verão, o mesmo serviço era prestado pelas 9 horas da tarde. A casa do clube devia estar aberta desde as 8 horas da manhã até à 1 hora da noite, durante todo o ano a não ser que a total ausência de membros levasse ao encerramento mais cedo, primeiro pela meia-noite, alguns anos mais tarde, pelas dez horas. Nestes horários qualquer sócio tinha livre ingresso nas instalações. Durante todo o dia eram permitidos entretenimentos instructivos e recreativos, à excepção do jogo de cartas que só podia começar depois das Avé-Marias⁶⁹.

Além das reuniões de família, realizava-se um baile solene anual⁷⁰, um baile pelo entrudo, sem contabilizar as máscaras e tantos mais quanto a direcção deliberasse. Para os bailes eram convidadas as famílias dos sócios (incluindo pais, irmãos e hóspedes), cujas idades fossem superiores a 12 anos (para o sexo feminino) e 14 (para o masculino). A direcção podia ainda convidar as senhoras que já não tivessem chefes de família

⁶⁷ *Estatutos de 1892*, pp. 8-9.

⁶⁸ *Idem*, 1857 pp. 13-16.

⁶⁹ *Regulamento de 1852*, pp. 17-20.

⁷⁰ De início o baile de gala realizava-se a 14 de Janeiro data do “anniversario da fundação desta Sociedade”. *Estatutos de 1857*, p. 4.

que as apresentassem, bem como todas as pessoas de distinção que aportassem à ilha⁷¹.

A vertente cultural e instrutiva também não foi descurada, pois o clube trazia a vantagem da livre discussão em prol do desenvolvimento da terra⁷². Logo em 1857, o Clube passou a ser palco e sede de uma agremiação instrutiva - o *Grémio Literário* - presidida pelo cirurgião ajudante do corpo militar Carlos Augusto Schiapa Pietra. O intuito era o de promover prelecções a cargo de ilustrados sócios da instituição, consoante o ramo de conhecimentos da sua especialidade. Ao convite acederam algumas autoridades locais, como o desembargador Paula e Oliveira, o procurador régio Nunes de Vasconcelos, os médicos André António Avelino e Rodrigues d’Azevedo, Ernesto do Canto, entre outros. As diferentes prelecções versavam temas culturais e científicos, consistindo ainda na apresentação e defesa de estudos e teses, tudo em vista a “desenvolver o nosso espirito, dar expansão às nossas ideias, e habilitar-nos finalmente, para falar em público...”⁷³. Todos os sócios podiam assistir às reuniões que, junto com outras feitas em residências particulares, levantaram algumas suspeitas, em especial entre o clero, de que se tratavam de tratos da Maçonaria. De um modo geral, conotavam-se com os perigos da laicização e do secretismo maçónico todo o tipo de associações daqueles que partilhavam a vida intelectual.

3.2. A Sociedade dos Amigos das Letras e Artes

Esta agremiação, também sediada em Ponta Delgada, surgiu quase dez anos antes da anterior, por iniciativa de um forasteiro.

No século XIX, o ideal de progresso - técnico e civilizacional - presunha dois pilares fundamentais: desenvolvimento da indústria e generalização do ensino. A difusão de conhecimentos era considerada o princípio gerador de todo o movimento progressista, pelo que se tornava fundamental iluminar a inteligência dos povos⁷⁴. Ora, foi com o objectivo de vulga-

⁷¹ *Estatutos e Regulamento de 1857*, p. 37.

⁷² *Clube Micaelense...op. cit.*, p. 14.

⁷³ Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº. 281, *A Persuasão*, nº 2035, 16/1/1901, in *op. cit.*, vol.II, p. 639.

⁷⁴ Cf. Cecília Barreira, *op. cit.*, p. 14.

rizar a instrução e promover a indústria, sem descuidar o progresso moral, que se fundou esta sociedade filantrópica e literária, com sede em Ponta Delgada, a 9 de Setembro de 1848⁷⁵. Por Alvará régio de 3 de Abril do ano seguinte, concedido após representação de António Feliciano de Castilho, na qualidade de seu presidente, foram confirmados os estatutos que a regulavam, por merecer esta instituição a aprovação real⁷⁶.

O fundador desta instituição cultural foi o poeta Castilho aquando da sua estada na ilha⁷⁷. Recebido com alguma desconfiança e inicialmente votado ao ostracismo, Castilho acabaria por se impôr como literato e ideólogo romântico, marcando várias gerações insulares pela sua influência. Costumava reunir em concorridas tertúlias, que decorriam em sua casa, não só jovens estudiosos, mas todos aqueles que tinham propensão para as letras. Dois amigos e discípulos do poeta foram Luís Filipe Leite e Carlos Machado. Seu benemérito protector foi José do Canto que lhe ofertou uma tipografia. Entre diversas iniciativas que impulsionou, publicou na ilha várias obras, deixando esta Sociedade em prol do ensino e da instrução⁷⁸.

Depois do seu regresso ao continente, seguiu-se-lhe na presidência José Pereira Botelho, médico formado na Universidade de Paris, sendo vice-presidente José do Canto. Considerados grandes beneméritos fundadores desta iniciativa foram também algumas senhoras da família Ferin, bem como António Joaquim Peixoto Sequeira, Filipe do Quental, Francisco Lambert, Luís Carlos do Couto Severim e Mariano José Rebelo⁷⁹. O último presidente da sociedade - que durou vinte anos - foi o jurisconsulto Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde⁸⁰.

⁷⁵ José de Torres, *A Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em San-Miguel. Relatório*, Ponta Delgada, Typ. do Correio, 1849, p. 3.

⁷⁶ *Estatutos da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em S. Miguel*, Ponta Delgada, Typ. de Castilho, 1849.

⁷⁷ Gabriel d'Almeida, *Castilho na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, Typ. Litographia dos Acores, 1886. Segundo o autor, "Castilho chegou no ano de 1847 [em Agosto] e partiu definitivamente em Janeiro de 1850. Neste interregno, foi a Lisboa, por um período de três meses, em 1849, sendo majestosa a sua recepcao no dia 25 de Maio do mesmo ano".

⁷⁸ Gabriel d'Almeida, *op. cit.*, pp. 15-18. Veja-se também Pe. Ernesto Ferreira, *Os Três Patriarcas do Romantismo nos Açores*, 2ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994 (ed. original: 1947), pp. 89-126.

⁷⁹ José de Torres, *op. cit.*, p. 3.

⁸⁰ Cf. Pe. Ernesto Ferreira, *op. cit.*, p. 121.

Os meios visados pela Sociedade com vista a atingir os objectivos propostos compreendiam a criação de escolas por toda a ilha, para além de uma Biblioteca, um Museu, um Teatro, uma Filarmónica, incluindo a organização de inúmeras actividades como exposições, concursos e publicações literárias. Sem número fixo de membros, admitia todos aqueles cujo comportamento moral não fosse indigno, sem distinção de sexo, idade, classe, nacionalidade, residência, religião ou opinião⁸¹, arrecadando os seus fundos das quotas, de donativos e legados, de leilões, lotarias e representações cénicas⁸².

Os sócios eram divididos pelas Secções que compunham a instituição e segundo as suas aptidões e interesses. Havia uma secção Científica e Literária, uma secção das Artes do Desenho, uma secção Filarmónica, uma secção Teatral, uma de Mecânica e, finalmente, uma outra designada secção Protectora de que eram membros todos os simpatizantes e auxiliares da sociedade em geral. A quotização mensal para todos os sócios era de 120 réis, mas susceptível de alteração⁸³. Em 1849 contavam-se cerca de 428 associados e entre eles inúmeras senhoras da sociedade micaelense⁸⁴. O reconhecimento da importância desta instituição não só granjeava a admiração e a generosidade de muitos sócios, como conduzia à realização de eventos em benefício da mesma⁸⁵. A 5 de Maio de 1855, por exemplo, decorreu no Teatro de S. Sebastião um espectáculo dramático em benefício das escolas criadas e sustentadas pela Sociedade⁸⁶.

⁸¹ *Estatutos... op. cit.*, pp. 5-6.

⁸² *Idem*, pp. 10-11.

⁸³ *Ibidem*, pp. 6-7.

⁸⁴ José de Torres, *op. cit.*, p. 5.

⁸⁵ “Assistimos sábado ao Serão músico em benefício da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes. Começou pelo Hino do Trabalho; seguiram-se diferentes peças de música vocal e orquestra, e algumas sinfonias executadas pela mesma. Os srs. Rangel, Cimbron e Miranda deram nova prova do seu reconhecido talento desempenhando (...) vários duetos e cavatinas das óperas *Ernâni*, *Lucia*, *Marino*, *Átila e Lombardos*. Os coros e quarteto dos Puritanos, também foram ouvidos com muito prazer. Os discípulos das escolas da sociedade que foram premiados nos últimos exames tinham lugar distinto. Terminou o serão com o Hino dos Lavradores, (...)”. *O Açoriano Oriental*, 20 Julho de 1850, cit. por Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º. 223, *A Persuasão*, n.º. 1976, 29/11/899, in *op. cit.*, vol. II, p. 520.

⁸⁶ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º.5, *A Persuasão*, n.º. 1749, 24/7/895, in *op. cit.* vol. I, p. 7.

As reuniões ou sessões da sociedade decorriam, normalmente, na sala da Biblioteca Pública, por vezes abrihantadas pelo desempenho de uma Filarmónica⁸⁷. As palestras e conferências organizadas decorriam no Teatro de S. Sebastião até este ser concedido ao Instituto Doméstico-Dramático que ocupou o edifício⁸⁸. A falta de instalações próprias onde a sociedade pudesse estabelecer as aulas e demais actividades, desde logo foi considerada a maior dificuldade que os amigos das letras enfrentavam. Só em 1851 foi concedida por decreto de 23 de Outubro - e por intermédio de Feliciano de Castilho - a autorização régia para a petição que a sociedade havia dirigido no sentido de lhe ser concedida a cerca do extinto Convento da Conceição e as ruínas da adjacente igreja de S. José, para ali se edificar o almejado Solar das Letras e Artes⁸⁹. De imediato, foi nomeada uma comissão para providenciar a planta do imóvel, (que devia contemplar acomodações para escolas, secretaria, teatro, filarmónica e museu) e para solicitar o modo mais conveniente de proceder à recolha de esmolas e contribuições entre professores, párcos, membros da Sociedade, músicos, alunos e quantos se mostrassem solidários e sensíveis ao empreendimento⁹⁰. Diversas doações foram feitas, quer por senhoras da sociedade que ofertaram obras e trabalhos artesanais para arrematação (flores, bordados, obras de cabelo, de palha, de seda), quer por cavalheiros que doaram objectos de escultura e marcenaria⁹¹. No entanto, apesar dos esforços e peditórios, o empreendimento nunca viria a concretizar-se, em parte devido as consequências catastróficas do terramoto de 1852.

Não obstante as contrariedades, a Sociedade contava com contactos e apoios de açorianos radicados no continente e no estrangeiro que estimulavam o progresso dos trabalhos e as ambições da mesma. Apesar de

⁸⁷ *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em San-Miguel. Actas*, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Cardoso d'Albergaria e Valle, 1851, p. 3.

⁸⁸ José de Torres, *op. cit.*, p. 19.

⁸⁹ *Sociedade ... op. cit.*, pp. 14-15. Parece que a *Sociedade Promotora da Agricultura* também pretendia, sem querer interferir, os mesmos terrenos.

⁹⁰ “Acta da Sessão da Mesa da Direcção da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes, em S. Miguel, no dia 17 de Dezembro de 1851”, in *Sociedade...*, pp. 41-56.

⁹¹ José de Torres, *op. cit.*, pp. 20-21. Deram importantes contributos, entre alguns anónimos, Ernesto do Canto, José Honorato Gago da Câmara, Luiz Filipe Leite, Marciano Henriques da Silva.

muitos objectivos se terem confinado ao mero plano das intenções, para além da concretização de inúmeras e concorridas sessões recreativas, musicais e literárias, onde o poeta e seu filho Augusto recitavam obras da autoria do primeiro⁹², tornou-se uma realidade - talvez a mais importante - a abertura e manutenção de escolas que garantiam o acesso às primeiras letras por parte de um número cada vez maior de alunos, em especial, adultos e jovens carenciados. Em 1851 abriram-se as aulas de Santo António e Várzea, enquanto a sociedade esperava abrir outras duas nas Capelas e uma no Nordeste. Existiam já escolas no Livramento, Candelária, Maia e Lagoa. Em 1852 abriram-se as de Vila Franca, Ribeira das Tainhas, Ribeira Chã, Achadinha e Ribeirinha, seguindo-se outras.

A Escola de Ponta Delgada, regida por Francisco de Bettencourt, funcionava à noite, utilizando uma das mais espaçosas salas do Liceu Nacional e depois do convento da Graça, mas era paradoxalmente, uma das menos frequentadas, talvez por falta de circulação e divulgação dos jornais que anunciavam as respectivas matrículas e inscrições. É que a escola destinava-se aos desvalidos e analfabetos, que não tinham acesso à imprensa, como eram os criados de servir que a frequentavam de forma irregular, dado a estarem sempre sujeitos às vontades alheias. Face a estas dificuldades, os anúncios passaram a fazer-se de forma volante, junto da classe operária, o que permitiu um grande aumento do número de inscrições a partir de 1851⁹³.

As escolas rurais tinham maior frequência nas épocas em que havia menos trabalhos agrícolas, isto é, no Inverno e inícios da Primavera. A idade dos alunos oscilava entre os 8 e os 40 anos. Saliente-se a importância que tiveram estas escolas dado o elevado índice de analfabetismo que assolava a população insular e, com maior incidência, campesina. Nos finais de oitocentos, o movimento da instrução popular nas ilhas era considerado pouco animador, pois as escolas rurais eram insuficientes em relação ao número de crianças em idade escolar, agravando-se o panorama com um elevado absentismo. A escassez de materiais, a precaridade das instalações, a falta de condições higiénicas e pedagógicas causticavam ainda mais o ensino a que os municípios, fálhos de

⁹² Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº 41, *A Persuasão*, nº 1791, 13/5/896, in *op. cit.*, p. 90.

⁹³ *Sociedade ...*, pp. 30-31. Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº 78, *A Persuasão*, nº 1828, 27/1/897, in *op. cit.*, pp. 196-197.

recursos, não podiam prover⁹⁴. Castilho chegou mesmo a desempenhar o cargo de Comissário dos Estudos do distrito de Ponta Delgada e mérito seu foi a criação de um novo método pedagógico, utilizado nas escolas da Sociedade. Trata-se do método da Leitura Repentina que permitia o devido ajustamento às capacidades dos aprendizes, uma vez que associava a imagem às letras e do qual muito beneficiaram os alunos de baixo nível sócio-económico⁹⁵.

De um modo geral, a instrução nas ilhas podia dividir-se em três graus: a primária, que enfermava de inúmeras dificuldades, a secundária, repartida pelos três Liceus de cada distrito e a superior, circunscrita ao seminário de Angra mas, o ensino primário, professado em escolas públicas e em alguns estabelecimentos particulares, era o mais carenciado, até mesmo a nível de recursos humanos, pois nem sempre as habilitações dos professores correspondiam ao desejável. Portanto, no tocante a este grau de ensino, as escolas instituídas pelas Sociedades *Promotora das Letras e Artes*, em Angra e *dos Amigos das Letras e Artes*, em Ponta Delgada, deram um relevante contributo para a instrução primária em regime nocturno, como ajudaram a colmatar lacunas de uma instrução pública mal organizada, pouco difundida e deficientemente retribuída⁹⁶.

Em sessão de 14 de Dezembro de 1851 foram homenageados todos aqueles beneméritos cidadãos que se dedicavam gratuitamente ao ensino nesta cidade e freguesias limítrofes, regendo as aulas da Sociedade⁹⁷. Era necessário reiterar que “ a morigeração dos individuos, a boa ordem da familia, e a felicidade das nações, só pode assentar na ilustração das inteligências; sem ela, não existe, nem existirá nunca a opinião pública, este móvel de todas as acções boas; (...)”⁹⁸. Também por isso, almejava a Sociedade fazer chegar

⁹⁴ Gabriel d’Almeida, *Fastos Açorianos*, “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1889, pp. 19 e ss.

⁹⁵ “O Método Português de Ensino Repentino” da autoria de Castilho mereceu a devida consideração da Associação Industrial Portuense. Gabriel d’Almeida, *Castilho ... op. cit.*, p. 40.

⁹⁶ Accurcio Garcia Ramos, *op. cit.*, pp. 135-140.

⁹⁷ Considerados exemplares foram Francisco de Bettencourt, Jacinto Inácio Botelho Ambar, José Silveira Canto, Francisco Pereira Botelho, Bento José Pacheco, José Jacinto de Medeiros, José Raposo do Amaral Pacheco, entre outros, propostos como sócios beneméritos e honorários, isentos de quotização. *Sociedade dos Amigos... op. cit.*, pp. 11-12.

⁹⁸ “Relatório da Comissão nomeada por deliberação da Mesa de Direcção da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em S. Miguel, em Sessão de 21 de Maio de 1851”, in *Sociedade... op. cit.*, p. 27.

o saber ler “à maior e mais bela parte da população - as mulheres”, sem esquecer as dificuldades e os obstáculos que se colocariam “num país em que a emancipação da mulher ainda não foi bem compreendida; em que ainda se não acreditou, que da instrução de um sexo, a quem estão confiados os deveres mais sagrados da família, e a sorte futura de milhares de cidadãos, dependem tantos destinos que estava na nossa mão preparar, (...)”⁹⁹. Este apreço manifestado pelas mulheres devia-se, na teoria, à grande influência exercida pela figura de Madame de Stäel, cujo exemplo era tomado amiúde, tanto e quanto a sociedade e a época estavam irmanadas com a corrente romântica. Na prática, a própria estatística escolar demonstrava a segregação do sexo feminino no acesso ao ensino. Nos finais da década de 60, para as 51 freguesias do distrito de Ponta Delgada, 32 escolas destinavam-se ao sexo masculino e apenas 11 ao feminino. Para os distritos de Angra e Horta a situação era análoga: nas 38 freguesias do primeiro, enquanto existiam 36 escolas para rapazes, só 4 eram destinadas a raparigas e nas 40 paróquias do distrito da Horta havia 26 escolas do sexo masculino e 6 do feminino¹⁰⁰.

No compêto geral das iniciativas da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes contavam-se sessões recreativas e musicais, (como já referimos) e ainda cursos de versificação, de desenho, de desenho topográfico, de geometria, de leitura, de aritmética, de higiene, de francês e de inglês, de economia política, de geografia, de química e de dança. Acrescem esta enumeração iniciativas de cariz industrial, por intermédio da criação do Conselho Consultivo das Artes e Ofícios, com vista a instruir com recomendações e informações actualizadas as oficinas mecânicas. A mesma Sociedade criou uma biblioteca, uma galeria de estampas e um gabinete numismático, (avultando importantes e diversas doações), pretendendo ainda criar um museu industrial e outro de História Natural para o que já contavam com diferentes colaborações. Finalmente, uma das grandes iniciativas foi a Exposição Industrial que teve lugar durante 21 dias, do Natal a 14 de Janeiro de 1849 - um espectáculo pedagógico e recreativo inédito na ilha, abrilhantado por sessões recreativas¹⁰¹. A esta iniciativa antecedeu a Exposição de 25 de Dezembro de 1848.

Em 1850, quando Castilho se despediu da ilha, já contava a sociedade com filiais na Ribeira Grande e Lagoa. Se esta iniciativa dera excelentes

⁹⁹ *Ibidem.*, p. 42.

¹⁰⁰ Accurcio Garcia Ramos, *op. cit.*, p. 136.

¹⁰¹ José de Torres, *op. cit.*, pp. 4-25.

resultados, a sua tentativa de criar um jornal literário *A Sereia* não foi bem sucedida. Muitos dos seus projectos não passaram de utopias e devaneios de um espírito romântico e sonhador, mas que não escondeu as suas motivações pedagógicas e culturais, talvez demasiado ambiciosas para um meio tão restrito e pequeno. Embora a Sociedade sobrevivesse mais alguns anos, as escolas foram mantidas com grandes dificuldades, encerrando-se muitas delas em 1858¹⁰². A *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes* ficou para a posteridade como a base de origem de muitas outras agremiações literárias, bem como sede de treino de algumas gerações¹⁰³.

Ao longo da segunda metade da centúria, várias sociedades e grémios reuniram inúmeros jovens da “geração romântica” micaelense. A *Sociedade, Amizade, Recreio e Instrução* e a *Palestras Académicas* promoveram, entre 1875 e 1885, espirituosos e saudáveis serões literários, abertos a numerosos sócios “atraídos pelo desejo de se instruir”. Liam-se trabalhos subordinados às mais diversas temáticas, recitavam-se poesias, muitos delas da autoria dos próprios intervenientes com maior vocação artística. As palestras literárias decorriam com frequência no Liceu, incentivando-se a oratória e o debate político. Em algumas destas reuniões já se perfilavam os ideais republicanos, havendo lugar para o debate político entre adeptos da monarquia e partidários da república. Assim se estrearam Diniz Moreira da Mota, adversário do regime monárquico e João Borges Leone, apologista do mesmo. Uma multiplicidade de discursos e conferências preenchiam ainda estes serões, verdadeiros espaços de tertúlia, de difusão de saberes e cultura, de convívio e sociabilidade masculina. Alguns saraus literários destinavam-se a homenagear figuras ou a comemorar datas históricas, em jeito de festa patriótica a que assistiam familiares, professores e até algumas autoridades. Uma vez mais a generosidade mecénica valia a este tipo de instituições que sobreviviam de quotas e donativos. Em 1885 dissolveram-se estas sociedades e o saldo dos seus réditos reverteu a favor dos asilos de mendicidade e desvalidos¹⁰⁴.

¹⁰² Alice Moderno, *op. cit.*, p. 52.

¹⁰³ Nestor de Sousa, *Ponta Delgada...op. cit.*, p. 147.

¹⁰⁴ Veja-se Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.ºs 415,416,417, 418, *A Persuasão*, n.ºs 2176, 2177, 2178 e 2179, de 30/9/903, 7/10/903,14/10/903 e 21/10/903, in *op. cit.*, vol. II, pp. 896-901.

O afã associativo prosseguiria. Nos finais de 1886 surgiu o *Grémio Literário* sediado na rua da Cadeia que, não obstante proporcionar aos sócios o acesso à importante biblioteca do Dr. José Afonso Botelho, bem como um curso de Economia Política a cargo do Dr. Pereira Ataíde - Presidente da instituição - teria vida curta, sucumbindo ainda antes de finais de 1887. Idêntica efemeridade conheceu o *Grémio Literário Artístico*, fundado em 1888 como resultado da vontade de alguns cidadãos, entre eles Manuel Augusto Tavares de Resende, fundador e redactor do *Diário dos Acores*. À pomposa inauguração, seguiram-se dois anos de ensino primário gratuito, mas ao qual acabou por escassear o número de alunos¹⁰⁵.

Ciclos de conferências realizadas aos sábados à noite (na casa da *Sociedade Rival*) também reuniam cidadãos ilustres, ávidos de civilização, abertos à modernidade dos conhecimentos científicos e receptivos à evolução das ideias e saberes. Pereira Ataíde, Caetano de Andrade Albuquerque, Francisco Afonso de Chaves, Felix Sotto Mayor e Manuel de Arriaga foram alguns dos conferencistas que apresentaram palestras subordinadas a diferentes áreas científicas ou políticas¹⁰⁶. Deste modo, na periferia da atlanticidade as elites intelectuais micaelenses acompanhavam, como lhes era possível, o acelerar da história do século revolucionário, das contradições românticas, das certezas positivistas, das afirmações científicas e dos debates ideológico-políticos que acompanharam a emergência dos grandes sistemas de pensamento¹⁰⁷.

4. O Teatro e as representações teatrais

Segundo vários testemunhos da época, o gosto pela arte dramática encontrava-se bem arraigado entre os micaelenses, quer nos de posição social, que impulsionaram diferentes iniciativas com vista à criação de estruturas ou à promoção de espectáculos, quer nos meios populares onde se difundiu o teatro autóctone e amador. Porém, este gosto pelas repre-

¹⁰⁵ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º. 445, *A Persuasão*, n.º. 2207, 4/5/904, in *op. cit.*, vol. II, p. 947.

¹⁰⁶ Idem, “Escavações”, n.º. 439, *A Persuasão*, n.º. 2201, 23/3/904, in *op. cit.*, vol. II, pp. 937-938.

¹⁰⁷ Cf. Jacqueline Russ, *L’Aventure de la Pensée Européenne, Une histoire des idées occidentales*, Paris, Armand Colin, 1995, pp. 181 e ss.

sentações cénicas não devia diferir muito do que se passava no resto do país, salvo as devidas excepções por parte daqueles a quem a fortuna possibilitara o cultivo do intelecto. Se alguns manuais de civilidade idealizavam o teatro como uma das mais nobres distrações, difusora da instrução, da moral e do progresso, os espíritos mais cépticos e pragmáticos, pela pena de Eça de Queirós, defendiam que o teatro em Portugal não representava uma curiosidade de espírito, mas um ócio da sociedade. Lugar de reunião mundana, substituía os salões, para “mostrar a *toilette*, namorar, passar a noite (...)”¹⁰⁸.

Para a sociedade micaelense a vinda de uma companhia ou a realização de um espectáculo dramático, cómico ou lírico, representava uma oportunidade de se “sair deste marasmo provinciano, desta apatia da nossa vida estiolante”¹⁰⁹.

O velho e modesto Teatro de S. Sebastião foi mandado construir, em 1823, pelo morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros que, para esse fim, aproveitou a casa que possuía na antiga rua da Loiça. Concluído um ano depois, visava corresponder a uma necessidade urbana, colmatando a lacuna provocada pelo desaparecimento da casa outrora destinada a espectáculos teatrais, sita num anexo do solar dos Condes da Ribeira, à Conceição, no canto da rua do Desterro e então demolida para dar lugar à construção do palácio do primeiro Barão da Fonte Bela¹¹⁰. Pouco tempo depois, em 1834, surgia novo Teatro na cidade, desta vez na Sociedade Filarmónica, ocupando o grande salão das instalações da Misericórdia Velha¹¹¹.

Ambos, porém, teriam efémera duração. Este fechou em 1851, quando foi dissolvida a dita Sociedade. O de S. Sebastião foi inutilizado alguns anos depois, porque deixara de corresponder às exigências do público e dos actores, transformando-se as suas instalações num estabelecimento de carruagens.

¹⁰⁸ Eça de Queirós, cit. por Maria de Lurdes Lima dos Santos, *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Editorial Presença / Instituto de Ciências Sociais, s.d., p. 41.

¹⁰⁹ *O Açoriano Oriental*, n.º 3106, 3 Novembro de 1894.

¹¹⁰ Aníbal Bicudo, “Poeiras do Passado. O Theatro em S. Miguel”, in *Revista Michaelense*, Ano 3.º, n.º 2, Julho de 1920, p. 741.

¹¹¹ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º14, *A Persuasão*, n.º. 1764, 6/11/895, in *op. cit.*, vol. I, pp. 25-26.

Entretanto, ao Teatro de S. Sebastião acorriam todas as classes sociais e por vezes decorriam ruidosas manifestações, resultantes de excessos do público. Nem sempre eram os indivíduos do povo os pior comportados, o que, segundo a imprensa, agravava a natureza dos desacatos e alaridos. Para além do seu papel de relevo no mundo das relações humanas e da sociabilidade, o teatro era, por vezes, palco do mundo real, de disputas verbais, de desforras políticas e até de desordens. Ainda assim, amantes da arte dramática e artistas amadores levaram à cena no S. Sebastião “afamados” dramas do romantismo português e “(...) por aquele teatro passaram, as companhias de Fidanza e de José dos Reis (...), (...) ali dançou Pedro Serrate; (...) se ouviram e calorosamente palmearam ali Velasco, Landa, Robbio e Ribas, Casellas e Oscar Peiffer; (...) e as brilhantes reuniões instrutivas que lá houve promovidas pelo glorioso poeta António Feliciano de Castilho (...)”¹¹², marcaram várias gerações.

Nos últimos tempos de vida deste Teatro também foi profícua a actividade recreativa. Inúmeros benefícios e bailes de máscaras - que não tinham paralelo com os do *Clube* - preenchiam os serões. Em Agosto de 1859 deixou de existir o Teatro de S. Sebastião, cujo recheio foi adquirido por Mr. Lustre, artista francês que dirigia uma companhia circense. Este procuraria então organizar outro local de representações - um teatro-circo - sito à rua de S. Braz, da qual recebeu o nome, embora figurasse como Teatro-Circo Micaelense. A sua efémera duração deveu-se, em especial, à falta de condições que o recinto apresentava, tornando-se até perigoso para o público¹¹³.

Em 1860 foi criada a Sociedade Teatral Micaelense com o intuito de edificar um novo teatro em Ponta Delgada - o denominado Teatro Micaelense - por intermédio da subscrição de acções. A esta iniciativa estavam associados alguns dos cidadãos mais ricos e influentes de Ponta Delgada, seleccionando-se como local de construção as ruínas da antiga e profanada igreja de S. José¹¹⁴, cujos terrenos pertenciam à Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes que ganhou assim, em troca, o direito de usufruir anualmente do novo espaço, para aí realizar qualquer espectáculo em seu benefício.

¹¹² Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º. 60, *A Persuasão*, n.º. 1810, 23/9/896, in *op. cit.*, p. 139.

¹¹³ Idem, “Escavações” n.º. 257, *A Persuasão*, n.º. 2011, 1/8/1900, in *op. cit.*, vol. II, pp. 592-594.

Alguns anos antes, haviam-se encetado conversações entre os membros das duas sociedades para que esta cedesse as ruínas que lhe pertenciam, uma vez que não dispunha de fundos para a edificação de solar próprio. Os responsáveis anuíram desde logo dada a natureza civilizadora do empreendimento tão útil e necessário ao progresso da cidade. A primeira reunião preparatória realizou-se na Biblioteca Pública, na sala dos Remédios d'Alma, em Janeiro de 1857, associando-se inúmeros cidadãos irmanados no mesmo objectivo. A obra, cujo orçamento se previa em 15 contos de réis, só deveria começar quando estivessem emitidas acções que preenchessem a soma necessária ao empreendimento, ficando a instituição, depois de concluída, a pertencer aos accionistas. Em 1859, já se haviam reunido pouco menos de 12 contos de réis, passando-se à redacção dos estatutos que seriam aprovados por D. Pedro V, aos 8 de Agosto de 1861¹¹⁵.

Uma comissão de sete membros, eleita pela Sociedade, ficou encarregada da vigilância e direcção das obras, de satisfazer as despesas do trabalho, de solicitar ao governo um subsídio e de gerir os fundos da sociedade¹¹⁶. A planta do edifício foi traçada por um engenheiro italiano e rectificada por um açoriano residente em Lisboa, Herculano Maria Gomes Machado. O orçamento final era de 17 contos de réis. A construção foi progredindo depois da demolição da antiga igreja e da abertura dos alicerces em Setembro de 1861. Três anos depois chegava à cidade o pintor italiano Hercules Lambertini que vinha tratar da pintura do teatro e de outras obras do palco, coadjuvado por Cândido José Xavier, lisboeta que se radicou por cá. A pintura do pano de boca representava a vista da cidade. Embora sem estarem as obras concluídas na totalidade, o primeiro espectáculo dramático, precedido de alguns concertos, realizou-se a 25 de Março de 1865, a cargo da Companhia de Lisboa dirigida por Francisco José Fernandes que representou a comédia drama em 2 actos *A Leitora*. Na noite de inauguração, a casa estava repleta de flores e de público ele-

¹¹⁴ Joaquim Candido Abranches, *op. cit.*, p. 21. Vejam-se estampas XII e XIII.

¹¹⁵ Francisco Maria Supuico, “Escavações”, n.º 297, *A Persuasão*, n. 2052, 15/5/901, in *op. cit.*, vol. II, pp. 670-671. *Estatutos da Sociedade Theatral Michaelense*, Ponta Delgada, Typ. de Botelhos, 1862, pp. 3-6.

¹¹⁶ *Idem*, pp. 12-14. Os sete membros da comissão eram: João José Silva Loureiro, Ernesto do Canto, Filipe d'Andrade Albuquerque Bettencourt, Luiz de Bettencourt Corte Real, Clemente Joaquim da Costa, Jacintho de Teves Adam, Jacinto Soares de Albergaria. A esta comissão juntou-se depois Nicolau António Borges de Bettencourt.

gante, iniciando-se o espectáculo com o hino composto para a ocasião pelo professor Rangel, que o executou acompanhado por uma orquestra de mais de 25 músicos. Seguiram-se declamações poéticas e a peça principal. Esta companhia daria vários espectáculos, acabando os empresários do Teatro, Augusto Loureiro e Antonio Jacinto da Câmara, por contratarem depois alguns artistas da Companhia Gil Vicente que se encontrava em Angra¹¹⁷. Assim, se foram sucedendo os empresários e as companhias ao longo das épocas, cada qual correspondendo a cerca de um ano e nem sempre auspiciosas e lucrativas para as empresas que alugavam o novo edifício, cujos custos excederam todo o previsto, uma vez que em Agosto de 1866 já se achavam investidos mais de 30 contos de réis¹¹⁸.

Segundo descrição de Cândido Abranches o edifício, mais tarde destruído por um incêndio, era assaz espaçoso oferecendo todas as comodidades. Tinha lugares “para mais de trezentas pessoas nas plateias, dezasséis frisas, dezassete camarotes de primeira ordem, dezanove de segunda, e uma boa galeria”¹¹⁹. Se os camarotes eram amplos, também o eram os corredores, os salões e o café. Para o americano Lyman Weeks o “pequeno teatro”, único edifício de diversão pública, que ficava afastado da via por um relvado e gradeamento, não deixava de ser o mais vistoso das redondezas. O vestíbulo era amplo, com chão de mosaico, tectos de talha e elegantes candelabros. A sala de espectáculos comportava entre 500 a 600 espectadores, reservando-se a plateia ao sexo masculino¹²⁰.

Em conformidade com o Regulamento¹²¹, a Direcção do Teatro entrava no exercício de funções no dia 2 de Janeiro de cada ano, cabendo a uma comissão de dois membros examinar os objectos pertencentes ao mesmo e ao presidente dirigir todos os trabalhos da assembleia dos accionistas e da direcção que devia reunir-se sempre que os negócios do

¹¹⁷ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º 339, *A Persuasão*, n.º 2099, 9/4/902, in *op. cit.*, vol. II, pp. 745-747.

¹¹⁸ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.ºs 297 e 298, *A Persuasão*, n.ºs 2052 e 2053, 15/5/901 e 22/5/901, in *op. cit.*, pp. 671-673.

¹¹⁹ *Op. cit.*, p. 21.

¹²⁰ *Op. cit.*, pp. 253-254.

¹²¹ *Regulamento Interno do Theatro Michaelense*, Ponta Delgada, Typogrphia de Manoel Corrêa Botelho, 1876. O mesmo é assinado por Barão da Fonte Bella, Jacintho de Teves Adam, José Maria da Câmara, Pedro Paulo dos Santos, Augusto Loureiro.

teatro assim o exigissem. A Direcção devia ser composta por cinco membros efectivos e cinco substitutos, resultantes do respectivo acto eleitoral levado a efeito pela Assembleia Geral de accionistas¹²². Entre os seus poderes administrativos e policiaes, competia-lhe fiscalizar o aceso e a conservação do imóvel, a arrecadação das rendas e ainda observar a maior economia, sem descurar os encargos devidos. Em suma, devia estar sempre em consonância com o delegado da Inspeção Geral dos Teatros, instituição criada no país por Almeida Garret¹²³.

Uma das prerrogativas da Direcção era a de promover concertos e espectáculos em benefício do próprio teatro, podendo ora arrendar o edifício para espectáculos extraordinários, ora estabelecer contrato com a empresa a que o teatro estivesse arrendado¹²⁴. Todo o arrendamento era efectuado por escritura pública, ficando os locatários obrigados a cumprir as determinações impostas¹²⁵. Em 1884, o novo regulamento interno previa o arrendamento do teatro por concurso ou por apresentação de propostas¹²⁶.

Os quatro dias do Carnaval (de sábado a terça) ficavam sempre reservados à Direcção que podia dar espectáculos por conta da sociedade ou até mesmo promover outras actividades recreativas, como, por exemplo, bailes de máscaras. Sempre que um artista ou companhia de mérito aportasse à ilha e quisesse dar um ou mais espectáculos, assistia à Direcção garantir e acertar essas representações, mesmo contra a vontade do locatário¹²⁷.

Os accionistas beneficiavam do direito de escolha de camarotes aquando determinadas representações. Para o efeito, cabia à direcção convocar os accionistas por intermédio de anúncios afixados na porta do Teatro, na *Gazeta da Relação* ou em periódicos mais publicitados, com uma antecipação de pelo menos 8 dias e acompanhados do programa do espectáculo. Em caso de coincidência na escolha tudo seria decidido pela sorte¹²⁸.

¹²² Veja-se também *Regulamento Interno do Theatro Michaelense*, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Correa Botelho, 1884, pp. 3-6.

¹²³ *Regulamento ...op. cit.*, 1876, pp. 3-7. António Pinheiro, *Theatro Portuguez (Arte e Artistas)*, Lisboa, Ed. do autor, 1909, p. 101.

¹²⁴ *Regulamento...op. cit.*, 1884, p. 8.

¹²⁵ *Idem.*, pp. 13-14.

¹²⁶ *Idem.*, p. 7.

¹²⁷ *Regulamento Interno...op. cit.*, 1884, pp. 9-10.

¹²⁸ *Regulamento Interno ... op. cit.*, 1876, pp. 10-13.

Todas as comodidades eram garantidas, desde a existência de uma sala para café (arrendada por época) até à permanência de um funcionário no quarto destinado a capotes e bengalas¹²⁹. Mais tarde exigia a Direcção a persistência do mesmo funcionário, mais um arrumador na plateia geral, dois bilheteiros na entrada da plateia e um na da galeria, três vigias distribuídos pelos corredores das diferentes ordens de camarotes, munidos das respectivas chaves e ordens de aluguer; um porteiro na entrada nº 1 do corredor das frisas para o palco¹³⁰. Ainda se exigia que nas noites de récitas se mantivessem acesos todos os candeeiros da sala, dos salões, corredores, escadas e mais dependências, incluindo os da rua, sob pena de pesadas multas. O edifício tinha de ser lavado uma vez por mês, a expensas do locatário que devia manter todo o imóvel e seu recheio o mais cuidado e íntegro possível. Precauções relativas à segurança dos espectadores também não eram descuradas pela Direcção que previa todos os cuidados a ter com a abertura das portas e janelas e com os recintos onde se podia fumar¹³¹. Face a este conjunto de prerrogativas e encargos, melhor se percebem as dificuldades enfrentadas pelos empresários que amiúde se lamentavam na imprensa das despesas com rendas e manutenção, que acabavam por inviabilizar muitos dos espectáculos. Aliás, segundo alguns críticos contemporâneos, a falta de protecção do estado e de regulamentos eficazes, o subjugo das empresas a diversas entidades, constituíam alguns dos factores responsáveis pelo declínio desta arte¹³².

Apesar da inauguração do Teatro Micaelense, em Setembro de 1878 abriu um pequeno Teatro, na rua da Esperança destinado às representações amadoras que já tinham longa tradição na ilha. A Sociedade Dramática Esperança, espécie de escola teatral de amadores, beneficiava assim de um espaço próprio, levando à cena diversos dramas e comédias, alguns da autoria de curiosos locais. A sua duração foi breve, não só por falta de receitas, mas devido à partida para Lisboa dos seus principais actores e impulsionadores¹³³. Apesar das diversas contrariedades, o teatro amador prosseguiu ora no “teatrinho” da Sociedade Recreio Dramático, sito à rua de Santa Luzia, ora no “tea-

¹²⁹ *Idem*, p. 15.

¹³⁰ *Regulamento Interno...op. cit.*, 1884 p. 13.

¹³¹ *Idem.*, pp. 10-15.

¹³² António Pinheiro, *op. cit.*, pp. 103-104.

¹³³ Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº 419, *A Persuasão*, nº. 2180, 28/10/903, in *op. cit.*, vol. II, pp. 901-903.

trinho” Progresso Recreativo, sito à rua do Conde, (que mais tarde sofreu melhoramentos). Estes eram espaços de lazer e recreação para muitos “moços curiosos”, que encontravam na arte cénica uma ocupação para os tempos livres e um meio de revelarem talentos e aptidões¹³⁴. Segundo Lyman Weeks o “talento dramático de amadores locais” mantinha, com frequência, o Teatro Micaelense em funcionamento, até que algum “jovem barão”, numa atitude de mecenas ou num rasgo de devaneio romântico endinheirado, mandasse vir da Europa uma companhia espanhola de ópera¹³⁵.

A época teatral decorria de Novembro até Março ou Abril , sendo interrompida durante todo o Verão devido ao calor e à ausência, para fora da cidade, das famílias mais importantes e assíduas.

Não obstante as limitações do meio, nos nossos teatros actuaram as mais diversas companhias e actores. A primeira companhia regular que terá actuado no Teatro de S. Sebastião, veio da ilha da Madeira, em finais de 1823-24 e era dirigida pelo artista italiano Fidanza, que estivera ao serviço do S. Carlos, em Lisboa. Esta companhia, para além da representação de comédias, dramas sacros e farsas, também apresentava espectáculos de declamação, canto e dança, dedicando-se alguns dos seus artistas a leccionar aulas de dança à juventude micaelense mais próspera, acabando mesmo por se radicarem na ilha¹³⁶. Em 1835 foi constituída a “Companhia Patriótica” com vista a realizar espectáculos dramáticos no teatro de S. Sebastião. As representações, por vezes com finalidade benemérita, também compreendiam uma panóplia de géneros e variedades: dramas, comédias e danças intercaladas com divertimentos vários, “braços de ferro”, pantominas e outras provas de destreza física, de cariz circense, que seriam do agrado de um vasto público ávido de descontraída distração¹³⁷. Assim também sucedeu com a companhia do portuense José dos Reis, onde figurava a cantora e dançarina italiana Emília Amanti¹³⁸. Multiplas proe-

¹³⁴ Idem, n^{os}. 460, 461, *A Persuasão*, n^{os}. 2222 e 2223, 17/8/904, 24/8/904, in *op. cit.*, vol. III, pp. 970-972.

¹³⁵ *Op. cit.*, p. 254.

¹³⁶ Sobre o historial e elenco da companhia, veja-se Francisco Maria Supico, “Escavações”, n. 168, *A Persuasão*, n^o. 1921, 9/11/898, in *op. cit.*, vol. II, pp. 411-413.

¹³⁷ Idem, “Escavações”, n^o. 105, *A Persuasão*, n^o. 1856, 11/8/897, in *op. cit.*, pp. 264-266.

¹³⁸ Idem, “Escavações”, n^o. 106, *A Persuasão*, n^o. 1857, 18/8/897, in *op. cit.*, pp. 267-270.

zas cénicas atraíam o público micaelense com “subidas aéreas” sobre “cordas paralelas”, danças russas e boleros, palhaçadas, pequenas comédias e cenas rocambolescas como a de João Pereira que comia à vista dos espectadores “uma grande porção de balas de espingarda”¹³⁹. Bem arredadas dos palcos micaelenses estavam, pois, as peças de qualidade dos grandes dramaturgos!

O ano de 1842 foi marcado pelas representações teatrais a cargo da Sociedade de Instrução e Recreio que, no entanto, reservava os seus espectáculos aos sócios. Alguns dos eventos também se destinavam a fins beneméritos, especialmente a favor da Sociedade dos Artistas Micaelenses ou Sociedade de Beneficência¹⁴⁰. No entanto, apesar do louvável interesse e esforço de alguns amadores oriundos das classes mais baixas, nem sempre era lisonjeiro o seu desempenho pois os vícios da pronúncia e a deficiente declamação ensombriavam as representações.

A agitação política dos anos de 1844-1846 quase levou à estagnação a arte dramática que continuou, porém, repartida por três palcos diferentes: no Teatro de S. Sebastião, no salão do edifício da Sociedade Filarmónica (Teatro Sta. Cecília) e no Juvenil. O seu responsável era Jacinto Adão Junior, secretário geral do Governo Civil que, durante a sua formatura, representara no Teatro Académico de Coimbra. A Sociedade Juvenil levou à cena diversos dramas, farsas e comédias, algumas de autores autóctones, destinadas ao público mais desfavorecido que por não ter “recreativas nem clube” assim podia gozar de algum divertimento¹⁴¹.

Os anos de 1851 e 1852 viriam colmatar a aridez da década anterior em especial no tocante à ópera e canto lírico que trataremos adiante. Em 1852 chegou a Ponta Delgada a companhia de declamação dirigida pelo actor Francisco José da Costa, que por aqui permaneceu até 1855, fortalecendo o gosto pela arte cénica noutras localidades do distrito como a Ribeira Grande, as Furnas e até Vila do Porto¹⁴². Para além dos espectáculos comemorativos de efemérides, persistia a associação do teatro com a solidariedade, com benefícios a favor de sinistrados, de inválidos, de artistas, de instituições de caridade e de asilos. Os finais da década de 50 receberam mais uma companhia, desta vez a Companhia Cómica Lisbonense que executaria

¹³⁹ Idem, “Escavações”, n.º. 109, *A Persuasão*, n.º. 1860, 8/9/897, in *op. cit.*, p. 275.

¹⁴⁰ Idem, “Escavações”, n.º. 113, *A Persuasão*, n.º. 1864, 6/10/897, in *op. cit.*, pp. 289-290.

¹⁴¹ Idem, “Escavações”, n.º. 123, *A Persuasão*, n.º. 1874, 15/12/897, in *op. cit.*, pp. 313-314.

¹⁴² Idem, “Escavações”, n.º. 233, *A Persuasão*, n.º. 1986, 7/2/1900, in *op. cit.*, vol. II, pp. 542-544.

um repertório muito variado. Um casal de actores acabaria por fixar residência na vila da Ribeira Grande: Vicente Coutinho da Silva Veloso e sua esposa, os quais continuariam a dedicar-se à arte cénica, ensaiando e dirigindo amadores¹⁴³. O ano de 1866 tornar-se-ia memorável com a vinda do mais consagrado actor e cómico português Francisco Alves da Silva Taborda, que aqui esteve de 19 de Abril a 19 de Junho do mesmo ano. A chegada deste célebre artista foi motivo de jubilo para os micaelenses que o receberam com girândolas de foguetes. O seu aparecimento em palco foi precedido de expressivas manifestações materializadas em flores, pombos, poesias e frenéticos aplausos. Para gáudio do público o actor não se limitou à representação das dez récitas com que se havia comprometido. Inúmeras recepções particulares obsequiaram o actor recebido em glória por toda a sociedade micaelense¹⁴⁴.

A partida de Taborda seria compensada com a vinda de uma companhia espanhola de zarzuela, no ano de 1868. A profusão de espectáculos e os encantos do tango cativaram paulatinamente o público¹⁴⁵. Volvidos alguns anos, em 1886 e finais da década, regressariam à ilha novas companhias espanholas de zarzuela, mas sem grande sucesso.

Nos anos 70, a arte dramática ficaria marcada pela vinda de mais um casal de actores, desta vez Cezar de Lacerda e Carolina Falco que corresponderam às expectativas do público na representação de diversas comédias, comédias musicais e dramas. Ambos eram nomes importantes do teatro português, com alguma reputação em terras estrangeiras, segundo alardeava a imprensa¹⁴⁶. Na época seguinte, actuou em Ponta Delgada a Companhia Dramática de Emília Adelaide e, então sim, algumas inúmeras peças e romances dramatizados da autoria de escritores nacionais e estrangeiros foram representadas, como por exemplo, *As Pupilas do Sr. Reitor* e *A Dama das Camélias*. Porém, nem sempre primou a qualidade na representação dos dramas seleccionados recebendo a companhia algumas críticas da imprensa, exceptuando a actriz principal¹⁴⁷. A partir da

¹⁴³ *Idem*, “Escavações”, n.ºs 246 e 247, *A Persuasão*, n.ºs 2000 e 2001, de 16/5/1900 e 23/5/1900, in *op. cit.*, vol. II, pp. 568-571.

¹⁴⁴ *Idem*, “Escavações”, n.º 322, *A Persuasão*, n.º 2082, 11/12/901, in *op. cit.*, vol. II, pp. 713-716.

¹⁴⁵ *Idem*, “Escavações”, n.º 331, *A Persuasão*, n.º 2091, 12/2/902, in *op. cit.*, vol. II, pp. 733-734.

¹⁴⁶ *Idem*, “Escavações”, n.º 396, *A Persuasão*, n.º 2157, 20/5/903, in *op. cit.*, vol. II, p. 863.

¹⁴⁷ *Idem*, “Escavações”, n.º 404 e 405, *A Persuasão*, n.ºs 2165 e 2166, de 15/7/903 e 22/7/903, in *op. cit.*, vol. II, pp. 878-881.

década de 80 vão rareando as notícias sobre companhias teatrais talvez porque substituídas por companhias musicais.

Entretanto, na memória colectiva dos amantes do teatro terão permanecido resquícios de diversas representações de peças do romantismo português garretiano e de alguns dos seus sucessores. Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco também terão tido em cena adaptações de algumas obras. A Feliciano de Castilho ficaram a dever-se traduções de dramaturgos estrangeiros como Shakespeare, Molière e Goethe e, em período posterior, são adaptadas outras obras do realismo burguês¹⁴⁸.

5. A arte musical

5.1. Canto lírico, ópera e concertos

A temporada musical, à semelhança do teatro, prolongava-se pelos meses de Inverno até ao final da Primavera, altura em que as bandas marciais faziam o seu reaparecimento, especialmente, nas procissões e recitais ao ar livre. Longe do esplendor e magnificência do teatro de S. Carlos, onde a ópera italiana constituiu o “modelo sócio comunicativo” do panorama musical nacional, até á queda da monarquia¹⁴⁹, o Teatro de S. Sebastião e o Micaelense assistiram a alguns concertos, a espectáculos de ópera e ópera-cómica e a recitais instrumentais ou de canto lírico. Sucedia também serem os intervalos das representações teatrais abrilhantados pela execução de peças musicais clássicas executadas por artistas locais ou então por bandas filarmónicas¹⁵⁰. Todo este universo musical era apanágio das elites locais, também elas incentivadoras das populares filarmónicas, igualmente filhas do mecenato.

Os anos de 1850 a 1852 foram notáveis pelo movimento musical que ecoou na cidade de Ponta Delgada, ávida da presença de artistas nacionais

¹⁴⁸ Cf. Maria Teresa Tomé, *op. cit.*, pp. 49-50.

¹⁴⁹ Mário Vieira de Carvalho, “Da oposição ópera-teatro musical ao nacionalismo na música”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. de António Reis, Lisboa, Alfa, 1990, vol. 2, p. 289 e ss.

¹⁵⁰ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º. 5, *A Persuasão*, n.º. 1749, 24/7/895, in *op. cit.*, vol. I, p. 7.

ou estrangeiros, cuja vinda constituía sempre acontecimento notável para a vida social e cultural micaelense. Quando em 1850, os cantores líricos italianos Maria Landa e Lucas Velasco passaram por S. Miguel, a caminho do Rio de Janeiro, suscitaram grandes expectativas ao anunciarem o seu intento de darem quatro academias - antiga designação do que hoje entendemos por concerto - no Teatro de S. Sebastião. Do programa constavam áreas de importantes compositores como Donizetti, Verdi, Fioravanti ou Bellini. No entanto, divergências políticas e ânimos exaltados, no rescaldo das revoltas da “patuleia”, inviabilizariam o concerto de estreia por se ter gerado grande desordem no Teatro entre espectadores de facções político-partidárias opostas. O próprio cantor acabaria por ser agredido e, ainda pior, preso nas cadeias da cidade. Serenados os ânimos e esclarecida a rocambolesca contenda, os artistas voltariam a actuar, cerca de um mês depois, com o maior sucesso, acabando por permanecer na ilha até finais do ano¹⁵¹.

Por essa altura, o jovem violinista genovês Agostinho Robbio - rabequista, segundo designação da época - aportava à ilha, seguindo de imediato para a Terceira e Faial. De regresso a S. Miguel, onde teve curta estada, o artista deu vários espectáculos que encantaram o público que, por mais de uma vez, sobrelotou o teatro¹⁵². Pouco tempo depois, o casal Casella viria substituir o vazio deixado pelos anteriores.

Cesar Casella, violoncelista de fama internacional e sua esposa, Feliciano Casella, cantora lírica e pianista, dariam varios concertos em Ponta Delgada, no Teatro de S. Sebastião, deixando a crítica e o público completamente rendidos. Os anos de 1851 e 1852 foram marcados pela brilhante época do casal que não só deu nove concorridos concertos, com áreas de óperas e composições diversas para violoncelo e piano, como depois de regressarem da ilha Terceira, levaram à cena a ópera *Hayde*. Para o sucesso deste evento foi muito importante a vinda de um outro violinista, desta vez nacional, Nicolau Medina Ribas, discípulo do Conservatório de Bruxelas. Além de coadjuvar o casal Casella, deu vários concertos apoiado pelo maestro Rangel e leccionou aulas de violino¹⁵³.

¹⁵¹ Idem, “Escavações”, n.º. 34, *A Persuasão*, n.º. 1784, 25/3/896, in *op. cit.*, pp. 68-70.

¹⁵² Idem, “Escavações”, n.º. 53, *A Persuasão*, n.º. 1803, in *op. cit.*, pp. 123-125.

¹⁵³ Idem, “Escavações”, n.ºs 54 e 55, *A Persuasão*, n.ºs 1804 e 1805, 12/8/896 e 19/8/896, in *op. cit.*, pp. 125-130.

A ópera *Hayde* constituiu um marco na história cultural de Ponta Delgada, pois foi o primeiro espectáculo lírico que a cidade acolheu. Supõe-se que foi composta por Madame Casella, baseada na trama do histórico romance de Dumas, *O Conde de Monte Cristo*. A peça foi oferecida e dedicada pela artista à ilha de S. Miguel e levada à cena, pela primeira vez, em Maio de 1852. Nessa altura, residiam na urbe micalense uma notável pleiáde de músicos e artistas, entre os quais se contavam António Maria Fuschini, professor de piano, Alexandre Madureira Cyrne, flautista internacional e ainda os cantores António Francisco de Miranda e Guilherme Rangel, também professor de música e pianista. Por seu intermédio chegavam às ilhas os acordes de alguns dos mais sonantes compositores, enquanto outros ficavam para sempre nas brumas do desconhecimento. A confluência destes artistas proporcionou o sucesso e exequibilidade do empreendimento, partilhado também com músicos das filarmónicas, sendo Cesar Casella o maestro responsável. Sucessivas enchentes aplaudiram efusivamente os espectáculos que arrebataram emoções transpostas nas mais emotivas poesias que a imprensa publicou¹⁵⁴. Não obstante estes rebates de entusiasmo lírico, alguns incidentes menos dignificantes também ocorriam esporadicamente por parte de alguma “rapaziada” desestabilizadora que apenas contribuía para agravar a fama dos micalenses, entre as outras ilhas, de que não estávamos preparados nem habituados a manifestações próprias do cosmopolitismo civilizado.

Depois da partida dos artistas, a mesma ópera seria representada em Lisboa e enquanto a ilha aguardava outros espectáculos idênticos, entre 1853 e 1858, estabelecia-se em S. Miguel o pianista Oscar Pfeiffer, de origem alemã. Os seus concertos no Teatro de S. Sebastião reuniram excelentes críticas. Obras de Listz, Talberg, Meyerbeer preenchiam alguns dos serões musico-literários promovidos pelo concertista que se instalara na rua dos Capas, nº 24. O seu último concerto teve lugar no salão da Biblioteca e algum do produto dos seus concertos reverteu a favor das escolas populares sustentadas pela *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes*. Em contrapartida, o piano em que se exercitara nas suas longas horas de estudo foi-lho adquirido pelo Clube Micalense pela módica quantia de - segundo se dizia - 1.000\$000.

¹⁵⁴ Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº. 60, *A Persuasão*, nº. 1810, 23/9/896, in *op. cit.*, pp. 139-143.

Durante 40 anos aquele instrumento - o melhor que existia na ilha - pertenceu àquela instituição¹⁵⁵.

Um vasto grupo de talentosos amadores também integrava o mundo da execução musical clássica micaelense, nem sempre circunscrito ao espaço teatral. Os serões estivais das Furnas, por exemplo, também cediam lugar aos recitais de música clássica italiana e espanhola, executada, por exemplo, pelo pianista Francisco Peixoto da Silveira ou por algumas meninas de família que assim demonstravam os seus dotes musicais e o domínio de um instrumento que era, ao tempo, símbolo de boa educação e respeitabilidade. Nos repertórios destacavam-se composições de Chopin, Weber e Mendelson. Em Ponta Delgada, destacou-se a pianista Etelvina Pereira, casada com o professor do Liceu, Morais Pereira, também ele com excelente formação musical e voz de barítono. A eles juntava-se o dr. Álvaro Pereira de Ataíde Bettencourt, juiz e cantor¹⁵⁶.

Os finais da década de 50 e seguinte ficaram marcados pela vinda de dois brilhantes pianistas provenientes de Lisboa, António Manuel Rebelo e João Bernardo Rodrigues, natural desta ilha, mas que partira para estudar na capital. Além de promoverem vários concertos no teatro e no salão da biblioteca, o primeiro, por exemplo, actuou no Clube Micaelense, acompanhando ainda várias missas festivas. Já em 1867 debutou no Teatro Micaelense a cantora Henriquetta Laureti que apesar do agrado do público se viu obrigada a interromper os espectáculos por não ter músicos que a acompanhassem. A necessidade de meios levou-a a ensinar canto a alguns discípulos¹⁵⁷.

A vinda de outros músicos prosseguiu naquela década e seguinte. Primeiro com o harpista Nicolau do Piemonte, depois com os jovens violinistas Irmãos di Milta, em seguida com o concertista Raphael Croner, que viera de uma digressão pela América do Sul, desempenhando, em recitais vários, fantasias para saxofone e clarinete¹⁵⁸. Nos inícios da década de 70 outro músi-

¹⁵⁵ Idem, n.º. 226, *A Persuasão*, n.º. 1979, 20/12/899, in *op. cit.*, vol. II, pp. 526-527. Quando em 1898 o Club adquiriu outro piano, aquele foi vendido ao negociante alemão Adolfo Eiffe, aqui residente.

¹⁵⁶ M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893. Cousas e Pessoas...op. cit.*, p. 59.

¹⁵⁷ Francisco Maria Supico, "Escavações", n.º. 336, *A Persuasão*, n.º. 2096, 19/3/902, in *op. cit.*, vol. II, pp. 740-742.

¹⁵⁸ Idem, n.º. 344, *A Persuasão*, n.º. 2104, 14/5/902, in *op. cit.*, vol. II, p. 757.

co célebre chegava à ilha, desta vez o português Francisco de Sá Noronha, maestro e violinista. Áreas de ópera, valsas, polkas e marchas militares fizeram parte do seu repertório nas três noites de gala que concedeu no teatro Micaelense. O delírio dos micaelenses materializou-se em chuvas de flores que cobriam o palco, obrigando o maestro a prolongar as suas exibições¹⁵⁹.

Em 1873 e 1874 o canto e o teatro lírico voltavam a brilhar em Ponta Delgada. Desta vez, uma companhia italiana viria deslumbrar a alta roda micaelense, a mais culta e viajada, que não se desiludiu com o desempenho, mesmo quando comparado com espectáculos vistos no estrangeiro. As óperas *O Trovador*, *Rigoletto*, *Elixir d'Amor*, *Favorita*, *Ernani*, entre outras, receberam grandes ovações entusiásticas. A primeira dama, Pavoni Moretti granjeou grande número de admiradores que a presentearam com flores, pássaros, poemas, costumes e jóias de grande valor¹⁶⁰. Em 1875, a ópera *Norma* subiu ao palco, com várias repetições, ensaiada e dirigida pelo maestro e empresário Casella, regressado à ilha. “Casa cheia” ou “casas boas” simbolizavam a enorme apetência pelo teatro lírico, sem paralelo com a animação de outros tempos e em fase de declínio do próspero comércio da laranja¹⁶¹. Com frequência repetiam-se as chamadas, espalhavam-se prolixas versalhadas, trocavam-se brindes nos camarins. Não era difícil agradar o público micaelense. Bastava alguma “qualidade” no canto e representação e, em segundo lugar, a demonstração de respeito para com ele e para com o empresário do Teatro, pelo cumprimento das obrigações contraídas. Ao artista cumpridor e talentoso não escasseavam as manifestações de regozijo e entusiasmo, em especial, se do sexo feminino se tratasse, não sendo raro o despertar de paixões entre jovens mancebos a quem as actrizes “seduziam” com sério prejuízo material¹⁶². Ao contrário, se um artista não agradava por tibieza de talento ou por irresponsabilidade nos desempenhos, também não se faziam esperar as manifestações de repúdio com as peculiares “pateadas”

¹⁵⁹ Idem, “Escavações”, n.ºs 381 e 382, *A Persuasão*, n.ºs 2141 e 2142, 28/1/903 e 4/2/903, in *op. cit.*, vol. II, pp. 835-838.

¹⁶⁰ Idem, “Escavações”, n.º 389, *A Persuasão*, n.º 2150, 1/4/903, in *op. cit.*, vol. II, pp. 849-851.

¹⁶¹ Idem, “Escavações”, n.ºs 391, 392, 393, *A Persuasão*, n.º 2152, 15/4/903, n.º 2153, 22/4/903, n.º 2154, 29/4/903, *op. cit.*, vol. II, pp. 853-857.

¹⁶² A artista Bice d'Aponti recebeu adereços com pérolas e rubis, anéis de brilhantes e outras pedras preciosas, uma caixa de ouro com fósforos, um leque, uma colecção de gravuras da ilha, entre outros mimos.

ou ausência de aplausos. Normalmente, o encerramento de cada época correspondia a inúmeros festejos demonstrativos do apreço do público micaelense, já revelado no número elevado de assinaturas de frisas e camarotes.

Apesar da concorrência, as épocas nem sempre decorriam de forma auspiciosa, com fases de alta e baixa, que implicavam oscilações de receitas, na maioria deficitárias em relação ao montante das despesas. Com frequência os artistas eram pagos com grande atraso e as letras acumulavam-se com o agravamento das dívidas do empresário. Por isso, o espírito solidário da época incentivava importantes dádivas por parte de alguns membros da elite social e económica da ilha¹⁶³. Uma especial referência deve ser feita ao Visconde da Praia que saldou as dívidas do empresário e violoncelista Casella que, ao partir da ilha, ainda deixou contratada outra Companhia lírica italiana para a época de 1878-1879¹⁶⁴.

Em Outubro de 1890 chegou à ilha uma Companhia de Ópera Cómica dirigida pelo actor Pedro Cabral que foi precedido na sua chegada por diversos artistas que aportaram por estas paragens. Os descontraídos e aparatosos espectáculos abonaram em favor da companhia e da boa disposição do público. No entanto, alguma agitação resultante da movimentação política que se fazia sentir na época, causaria distúrbios e avultados prejuízos na sala do teatro¹⁶⁵. Finalmente, o ano de 1892 ficaria registado como a época Landy, devido ao desempenho da artista Josephina Landy que integrava uma companhia composta por artistas latinos. A estreia deu-se com a representação da *Sonâmbula*, fazendo parte do vasto repertório *Baile de Mascaras*, *Lucrecia Borgia*, *Fausto*, *Favorita* e *Luzia de Lammernor*. Apesar da subida de preços, o público acorria ao Teatro, provocando algumas enchentes quase diárias. Dos brindes com que presentearam a principal artista sobressairam os da Condessa Jácome Correia e os do Conde de Fonte Bella. Desta vez, e embora se tenha criado uma comissão responsável pelo eventual *deficit*, o saldo foi positivo fazendo-se o depósito dos lucros da empresa na Caixa Económica¹⁶⁶. Coisa rara !

¹⁶³ Idem, “Escavações”, nº. 393, *A Persuasão*, 2154..., *op. cit.*, vol. II, p. 858.

¹⁶⁴ Idem, “Escavações”, n.ºs 413 e 414, *A Persuasão*, n.ºs 2174 e 2175, de 16/9/903 e 23/9/903, in *op. cit.*, vol. II, pp. 892-896.

¹⁶⁵ Idem, “Escavações”, nº. 479, *A Persuasão*, nº. 2241, 28/12/904, in *op. cit.*, vol. III, pp. 998-1000.

¹⁶⁶ Idem, “Escavações”, n.ºs 482,483,484, *A Persuasão*, n.ºs 2244, 2245, 2246, de 18/1/905, 25/1/905, 1/2/905, in *op. cit.*, vol. III, pp. 1003-1007.

Por fim, uma breve referência a um músico que se salientou durante esta época: o padre Joaquim Silvestre Serrão, que a toponímia urbana, à semelhança do sucedido com Castilho, homenageou. Natural de Setúbal, onde nasceu em 1801, dedicou-se desde a adolescência ao estudo da música e de teologia. Aos 18 anos entrou para o Convento de Palmela, sendo desde logo organista e mestre da capela. Na sua passagem por Lisboa, conhecida a sua propensão musical - sobretudo para a música sacra - obteve o lugar de mestre da capela da Sé Patriarcal. Por fim, o músico-padre retirar-se-ia para os Açores, fixando-se na ilha de S. Miguel, a partir de 1841. Motivos de saúde ou razões políticas eram apontadas como a causa desta imigração. Em Ponta Delgada, foi organista da Igreja Matriz, capelão do Recolhimento de Santa Bárbara, professor de música e compositor, protegido pelo Visconde da Praia. Das últimas actividades retirava os proventos para a sua subsistência, deixando uma obra musical sacra que certamente seria melhor aproveitada se ao isolamento das ilhas não se confiasse. Este filho adoptivo micalense faleceu em Março de 1877, deixando grande influência musical entre todos aqueles que ensinou¹⁶⁷.

5.2. As filarmónicas

Para além da música erudita e do canto lírico, totalmente importados, as filarmónicas tiveram grande importância na história da música e dos movimentos associativos locais, embora suscitassem esporádicas críticas por parte da imprensa.

A instituição de filarmónicas e respectivas sociedades remonta, segundo dados conhecidos, à década de 40. De acordo com Joaquim Maria Cabral, a introdução de bandas marciais na ilha ocorreu com a chegada de D. Pedro IV, acompanhado por duas “músicas militares”: a do Batalhão de Caçadores nº 5 e a do Regimento de Infantaria nº 18. A influência destes instrumentistas viria a despoletar a fundação de numerosas filarmónicas locais, sediadas na

¹⁶⁷ As suas principais obras foram as “Matinas para os ofícios religiosos da Semana Santa”. Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.ºs 406-407, *A Persuasão*, n.ºs 2167 e 2168, de 29/7/903 e 5/8/903, in *op. cit.*, pp. 882-884. Veja-se ainda Óscar Pacheco, “O Pe. Joaquim Silvestre Serrão e Ponta Delgada”, in *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XIX, 1º e 2º semestre, 1963, pp. 166-176.

capital, nas vilas e também nas freguesias, sendo a primeira banda de música autóctone a da *Sociedade Filarmónica Micaelense*, instituída em 1845¹⁶⁸.

As bandas que iam reunindo curiosos e amadores, destacando-se sempre os músicos militares, animavam concertos, festividades sacras e profanas ou abrilhantavam funerais de figuras sociais mais proeminentes. Para além da divulgação de um novo tipo de música fundada em instrumentos de sopro e percussão, as bandas desenvolveram um importante desempenho pedagógico-didáctico a nível artístico-cultural, congregado funções recreativas e de sociabilidade, junto das classes populares¹⁶⁹. A Sociedade Filarmónica, por exemplo, proporcionava distrações diárias aos sócios, com bailes e representações dramáticas. Sediada no edifício da Misericórdia Velha, aí formou o seu próprio teatro (Teatro de Santa Cecília) a que nos referimos anteriormente. Os seus estatutos foram dados ao prelo em 1845 e os seus numerosos associados eram quase todos da classe média. Em 1851, organizou-se outra sociedade harmónica, igualmente sediada em Ponta Delgada, a *Estímulo*, que granjeou notoriedade por ser a primeira a apresentar-se uniformizada e com estandarte próprio, de nítida influência militar. A este facto não terá sido alheio o nível social dos seus membros que puderam custear todas as despesas de instalação e provimento de instrumentos. A sua estreia em público decorreu em Novembro de 1852¹⁷⁰. Do grupo das mais antigas fazem parte as primeiras fundadas na Lagoa, Vila Franca e Ribeira Grande. Em muitos casos, as sociedades filarmónicas desfaziam-se com celeridade para tornarem a renascer ou a dar origem a outra instituição, num processo característico do fenómeno associativo oitocentista micaelense.

A *Sociedade Harmónica Artística* surgiu por meados da década de 50, com a particularidade de ser constituída por operários, o que foi reconhecido como um acto civilizador e educativo que beneficiava as classes populares. Desta banda, nasceria a Banda Artística Progresso que tocou, pela primeira vez em público, em Janeiro de 1865 na procissão de S.

¹⁶⁸ *Filarmónicas da Ilha de S. Miguel*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1985, pp. 15 e ss.

¹⁶⁹ João Bernardo de Oliveira Rodrigues, “No Primeiro Centenário da Fundação da Banda Rival das Musas”, in *Insulana*, Ponta Delgada, 1971-1972, vols. XXVII e XXVIII, 1º e 2º semestres, pp. 216-217.

¹⁷⁰ Cf. Joaquim Maria Cabral, *op. cit.*, pp. 82-83.

Sebastião, orago da cidade. Esta sociedade, instalada na rua do Melo, n.º 75 promoveria aulas de música instrumental abertas a todos os interessados. Desta sociedade nasceria outra¹⁷¹.

Papel de relevo desempenhou neste âmbito a *Sociedade Promotora do Progresso*. Após aprovação do Governo Civil de Ponta Delgada que legalizou o pedido da Mesa provisória desta instituição, fundou-se nesta cidade, sobre as cinzas e o consentimento da extinta *Sociedade Progresso*, a nova *Sociedade Promotora do Progresso*, cujos estatutos foram aprovados a 11 de Junho de 1868. Os seus primitivos antepassados eram o Centro Civilizador e Protector das Classes Laboriosas, associação de operários a que já nos referimos¹⁷². À semelhança das congéneres recreativas e literárias, a jovem sociedade tinha por fim “recrear, civilizar, e instruir os seus sócios”, por intermédio de reuniões diárias, de reuniões de família e da fundação de escolas que promovessem o ensino das línguas portuguesa, inglesa e francesa aos sócios e seus descendentes¹⁷³. Porém, a principal secção desta sociedade era a da música, composta por todos os membros oriundos da sociedade antecessora, bem como os que fossem admitidos de novo. A banda também transitou de uma sociedade para a outra, com os seus instrumentos, móveis e objectos que lhe pertenciam. Esta mesma banda era obrigada a tocar em todas as reuniões da sociedade, quando a direcção assim o determinasse, bem como a acompanhar ao cemitério o funeral de todos os sócios que falecessem, bem como as pessoas de sua família. Devia ainda aceder a todos os convites para tocar fora, com licença dos directores e em contrapartida da devida gratificação¹⁷⁴.

Ao mestre era devido todo o respeito dos membros da banda, obrigados a comparecer a todos os ensaios. Àquele competia permanecer na casa da sociedade todos os dias não santificados, acompanhar a banda

¹⁷¹ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.ºs 176 e 177, *A Persuasão*, n.º 1929, 3/1/899 e n.º 1930, 11/1/899, in *op. cit.*, vol. II, pp. 429-433.

¹⁷² Idem, n.º 281, *A Persuasão*, n.º 2035, 16/1/901, in *op. cit.*, vol. II, p. 640.

¹⁷³ *Estatutos da Sociedade Promotora do Progresso em São Miguel, Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Typ. da Chronica dos Acores, 1869, p. 6. Era presidente Amâncio Gago da Câmara, vice-presidente, Antonio Joaquim de Carvalho, secretário José Joaquim da Silva Gabriel, vice-secretário, Manoel Augusto Teixeira, tesoureiro e vice-tesoureiros, Bento Bernardino Barboza, Vasco Ricardo de Sequeira Junior, Caetano Alberto da Horta.

¹⁷⁴ *Estatutos da Sociedade Promotora...*, pp. 10-12.

sempre que esta actuasse, arranjar ou reclamar peças de música necessárias sem despesa própria, escolher e determinar as peças que deviam ser ensaiadas e tocadas. Uma vez estipulados os seus honorários, o mestre sujeitava-se ao pagamento de uma multa de 480 réis por cada vez que faltasse aos trabalhos, sem motivo justificado. Quanto aos sócios que prevaricassem seriam despedidos e riscados¹⁷⁵. Este rigor estatutário justificava-se pelas dificuldades orçamentais que desde sempre ensombraram estas instituições, malogradas ainda pela falta de recursos humanos ou por desavenças pessoais.

Em 1855, eram dados ao prelo os Estatutos da *Banda Marcial Triumpho*, cujos membros da sociedade ou sócios efectivos eram obrigados a dedicarem-se ao estudo de qualquer instrumento. Aliás, as garantias oferecidas aos sócios efectivos eram a instrução na arte da música, o recreio do jogo e da leitura de jornais e o benefício dos serviços da corporação¹⁷⁶. Na década de 70 foi fundada a *Banda Rival das Musas* cuja existência, com interregnos, duraria até aos nossos dias. Até finais do século duraria a *União Fraternal* instituída por Luís Leopoldino Borges Bicudo, sob os auspícios do Barão da Fonte Bela. Esta apresentou-se em público e pela primeira vez, em Abril de 1881, acompanhando a procissão da Ressurreição da paróquia de S. José¹⁷⁷.

A presença das bandas em festas profanas ou actos religiosos passou a ser uma constante no quotidiano micaelense. Inicialmente associadas à elite micaelense, dado que o acto fundador era quase sempre apadrinhado por um ilustre da terra, depressa se tornaram numa manifestação popular, integrando nas suas fileiras inúmeros elementos da classe laboral que assim tinham acesso a uma instrutiva forma de convívio e lazer.

Para além das bandas marciais, surgiram ainda outros agrupamentos musicais ou orquestras como a *Tuna Micaelense*. Esta nasceu em Ponta Delgada, em 1893, constituída por jovens da sociedade, sendo regente o militar flautista Quintiliano Furtado. Tomando parte em vários espectáculos filantrópicos, chegou a actuar no teatro angrense, aquando de uma digressão efectuada àquela ilha. Já a *Sociedade Propagadora de*

¹⁷⁵ *Estatutos da Sociedade Promotora...*, pp. 19-20.

¹⁷⁶ *Estatutos da Banda Marcial Triumpho*, Ponta Delgada, Typ. Auxiliadora das Letras Acorianas, 1885, pp.3-4.

¹⁷⁷ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º 177, *A Persuasão*, n.º 1930, *op. cit.*, p. 433.

Música Vocal remontava a 1858, reunindo alunos do Liceu de Ponta Delgada sob a presidência do professor António Augusto da Mota Frazão. Responsável pela criação de uma *Escola de Música* regida pelo reverendo Januário Filomeno Veloza, nela se admitiam alunos ante a quotização mensal de 240 reis. Esta sociedade chegou a efectuar alguns saraus musicais como prova do talento dos seus alunos que executaram canto e várias peças de Serrão¹⁷⁸.

6. A imprensa

Foi na primeira metade do século XIX que a imprensa escrita europeia começou a desenvolver-se, surgindo então o jornal moderno fruto de significativos progressos técnicos e melhoramentos no processo de produção. Essencialmente política e literária, a imprensa escrita demonstrava já uma enorme influência, a ponto de Balzac a considerar como o “quarto poder”, alvo, em diversos países, da intervenção estatal no tocante à liberdade de imprensa¹⁷⁹. Assim, o incremento do jornalismo não só ficou a dever-se aos avanços da técnica, como dependeu - e muito - de condicionamentos históricos e sócio-culturais.

Em relação a Portugal, após o obscurantismo do período pombalino e da guerra peninsular, a repressão das ideias liberais incentivou uma imprensa de exílio que correspondia a interesses criados entre certos sectores da sociedade portuguesa. Do vintismo a meados da centúria, a imprensa foi sofrendo as consequências da instabilidade política, cimentando-se a censura nos períodos de revolta ou instigando-se a ousadia de todos quantos persistiam em divulgar as ideias inovadoras. A vitória do constitucionalismo representou um salto qualitativo e quantitativo da imprensa, que se fez sentir nas ilhas atlânticas, onde se difundiu o fenómeno jornalístico¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º 182, *A Persuasão*, n.º 1935, 15/2/899, in *op. cit.*, vol. II, pp. 443-444.

¹⁷⁹ Veja-se Serge Berstein e Pierre Milza, *op. cit.*, pp. 68-69.

¹⁸⁰ Alejandro Pizarroso Quintero (coord.), *História da Imprensa*, Lisboa, Planeta Editora, s.d. (ed. original: 1994), pp. 358-359.

Veículo de instrução e de divulgação, voz do pensamento e das reivindicações insulares, - apesar de circunscrita a um limitado leque social - a imprensa oitocentista desempenhou papel de relevo em todo o arquipélago, ao serviço de ideais, sentimentos e correntes de opinião.

Nem mesmo as ilhas do grupo ocidental se omitiram à publicação de jornais locais, mesmo que a introdução da imprensa na ilha das Flores tenha tardado até 1885, não obstante esforços anteriores¹⁸¹. Em Angra do Heroísmo remonta ao tempo da Regência terceirense a publicação dos primeiros periódicos açorianos votados à divulgação da acção liberal no arquipélago, desde a “conquista das ilhas” aos decretos e medidas do novo governo. Desafiando o miguelismo, os jornalistas terceirenses publicaram *Crónica da Terceira* (1830-1831), *A Crónica* (1831-1832), *Crónica dos Açores* (1833) e a *Crónica Constitucional de Angra* (1834-1835). Na Horta, data de 10 de Janeiro de 1857 a publicação da primeira gazeta do distrito, *O Incentivo*, logo seguido, no mesmo ano, de outro periódico de percurso bem mais longo, *O Fayalense*, publicado até 1892. Demonstrativo da vitalidade da imprensa insular ocidental, são os 54 títulos de jornais dados ao prelo na cidade da Horta até finais da década de 80. Da ilha do Faial partiria a arte tipográfica para a vizinha ilha do Pico, cuja primeira imprensa foi estabelecida na Vila das Lajes, em 1874, sem que, contudo, desse origem a algum jornal, a não ser *O Boletim Judicial* que começou a ser publicado em 1879. A segunda tipografia da ilha, mas pioneira no tocante ao jornalismo, foi a imprensa da Vila da Madalena que logo em Dezembro de 1874 lançou o semanário *O Picoense*¹⁸².

O número de jornais e periódicos publicados nas principais localidades da ilha de S. Miguel igualmente atesta o vigor da imprensa oitocentista, em proporção às dimensões e riqueza da ilha, com pelo menos 151 títulos publicados ao longo do século¹⁸³. A maioria eram hebdomadários, publicados na cidade (83%) e os restantes nas vilas, com destaque para a

¹⁸¹ Ernesto Rebello, *Notas Açorianas*, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1887, 3º Vol., p. 121.

¹⁸² Idem, pp. 116-122.

¹⁸³ Cf. M.J. Andrade, “Jornais Antigos dos Açores”, *Açoriano Oriental*, nº 9698, 18 de Abril de 1989.

Ribeira Grande e Vila Franca¹⁸⁴. Tal como no continente, os periódicos nasciam da iniciativa e das motivações de restritos grupos de cidadãos, pelo que, segundo José Manuel Tengarrinha “o chefe de redacção era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era um *homem*, mais até do que um *partido*, pois este tinha em regra várias facções (...)”¹⁸⁵. Assim, mais do que o jornal a que se dedicavam, distinguiram-se na imprensa micaelense os “jornalistas”, os redactores, os proprietários, como Manuel António de Vasconcelos, Francisco Maria Supico, Caetano de Andrade, Tavares de Resende, Mont’Alverne de Sequeira.

Na realidade, muitos jornais patenteavam uma filiação politico-partidária, nem sempre salvaguardando, à boa maneira romântica, a devida imparcialidade e placidez face à polémica. Outros eram publicações judiciais ou de carácter literário e outros ainda dedicavam-se à função informativa e civilizadora, salientando as notícias e assuntos de interesse local, aspectos da vida mundana e social, sem descurar os extractos de folhas nacionais e estrangeiras. Eram os casos de *O Correio Micaelense* (1846-1894/1910), de *O Açoriano Oriental* (1835-1900...), de *O Monitor* (1839-1844/1867-68) ou de *O Ecco Social*. (1864-1867). A função pedagógica, moralizadora, literária e ilustrativa estava bem patente em periódicos como *O Cosmorama* (1862-1865), *O Cosmopolita* (1874-1875), *O Cri-Cri* (1888-1889) ou *O Recreio das Salas* (1888-1889), destacando-se também inúmeros almanaques.

A segunda metade da centúria foi profícua em número e variedade de publicações, que reflectem, tal como no país, uma nova fase da história da imprensa. O ambiente permissivo e tolerante das autoridades da Regeneração fez regredir as medidas repressivas, que haviam culminado com a “Lei da Rolha” de 1850, proporcionando ainda a modernização do país que favoreceu, entre outros aspectos, a circulação das informações. A partir de meados do século já se pode falar de uma imprensa de informação acrescida de uma outra característica: a proliferação da publicida-

¹⁸⁴ Salientamos os ribeiragrandenses *A Estrela Oriental* (1856-1819), *A União* (1857-1861), *Campeador* (1864-1866), *O Norte* (1895-1903); os de Vila Franca *Vilanfranquense* (1861-1864), *A Liberdade* (1878-1914), *A Voz do Povo* (1879-1881), *O Autónimo* (1898-1943). *O Átomo* (1888-1896) da vila da Lagoa, a *Aurora Povoacense* (1883-1919) da vila da Povoação e o *Independente* (1894-1895) do Nordeste.

¹⁸⁵ *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Caminho, 1989, p. .

¹⁸⁶ Cf. Alejandro Pizarroso Quintero (coord.), *op. cit.*, pp. 360-361.

de¹⁸⁶. Em S. Miguel, são exemplo disso não só os periódicos que persistiam desde a primeira metade do século, mas também os que iam surgindo, como: *A Persuasão* (1862-1911), o *Diário dos Açores* (datado de 1870) ou o *Diário de Anúncios* (1885-1895), de Alice Moderno, especializado, como o nome indica, em publicidade e informações úteis.

Porém, o envolvimento ideológico-partidário e a chamada imprensa de opinião continuaram a persistir nas ilhas, ao serviço de causas defendidas pelos seus redactores. Durante o período do rotativismo, progressistas eram o *Diário dos Açores* e o *Correio Micaelense*, do qual Caetano de Andrade era o redactor. Regeneradores eram *A Persuasão*, de Francisco Maria Supico e o *Campeão Popular* (1889-1895). Nos finais da centúria, destacavam-se os jornais que se dedicavam ao ideal autonómico, como *A Autonomia dos Açores* (1893-1895) dirigido pelo médico e publicista Gil Mont'Alverne de Sequeira ou a *Autonomia* onde Aristides Moreira da Mota, publicista e jurisconsulto, advogava os mesmos ideais¹⁸⁷.

No geral, a esta panóplia de periódicos, tinha acesso um público muito restrito, constituído por aqueles que detinham um elevado nível económico e sócio-cultural e se achavam próximos do poder ou do debate político. No final do século, embora reconhecendo o valioso préstimo da imprensa na divulgação de todos os assuntos e notícias de interesse para a população insular, os membros das elites locais admitiam que os jornais não chegavam a todos, restringindo-se à classe abastada e reduzindo-se o efeito da leitura ao círculo familiar¹⁸⁸. De facto, a grande quantidade de jornais insulares não era proporcional ao número de leitores, circunscrevendo-se o domínio e o acesso à imprensa aos grupos privilegiados. Por volta de 1893, dos cerca de 120.000 habitantes da ilha de S. Miguel, apenas 22.000 sabiam ler¹⁸⁹. Esta realidade contrastava vivamente com a dos países da Europa Ocidental onde, desde meados da década de trinta, a difusão da instrução, a descida dos preços dos jornais e a relativa democratização da vida política haviam acrescido o número de potenciais leitores. No final da centúria, existia já uma imprensa popular e em alguns casos sensacionalista a que

¹⁸⁷ J. V. Paula Nogueira, *op. cit.*, pp. 125-126.

¹⁸⁸ *Sociedade dos Amigos ... op. cit.*, p. 30.

¹⁸⁹ M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893...op. cit.*, p. 65.

tinha acesso um vasto público cidadão, passando então a imprensa escrita a constituir um “fenómeno de massas”¹⁹⁰.

Outra característica da imprensa no arquipélago, diz respeito à curta duração de determinadas publicações. A existência de alguns periódicos, em especial, os de carácter literário, era assaz efémera “porque se muitos no continente deixam de publicar-se por falta de subscriptores, é claro que nas ilhas não pode a mesma causa deixar de actuar sobre eles com maior rigor e pres-teza”¹⁹¹. A escassez de leitores e o diminuto poder de compra eram, uma vez mais, fenómenos perniciosos, mesmo quando se divulgaram os jornais das vilas (que podemos equiparar aos jornais de província surgidos na Europa) e apesar de a imprensa insular ter dado lugar à diversificação, com o surgimento de jornais ilustrados, de folhas humorísticas e de revistas, de que são exemplo *O Binóculo* (1982-1984), o *Pist* (1886-1887), *A Revista Micaelense* (1851-1852) ou a *Revista Açoriana* (1853-1856). Por outro lado, a perifericidade das ilhas não lhes retirou algum protagonismo nesta matéria. Decano do jornalismo insular e nacional e exemplo de longevidade é o ainda vivo *Açoriano Oriental*, o mais antigo periódico português.

Fundado em 1835, o primeiro número saíu com a data de 18 de Abril, após obtenção da respectiva licença municipal por José Maria da Câmara Vasconcelos, no primeiro dia do mês. Foram seus primeiros tipógrafos Joaquim António de Bettencourt, Amâncio Gago da Câmara, dirigidos pelo redactor e principal fundador Manuel António de Vasconcelos, o qual, se supõe, terá concebido a imagem do açôr que encimou o segundo número do jornal. O desempenho do cargo de deputado levou-o a abandonar o jornal que passou, nos anos seguintes, à responsabilidade de vários editores¹⁹².

¹⁹⁰ Alejandro Pizarroso Quintero (coord.), *op. cit.*, p. 11.

¹⁹¹ Accurcio Garcia Ramos, *op. cit.*, pp. 143-144.

¹⁹² Desde o início até meados de 1836 foram editores responsáveis José Maria da Câmara Vasconcelos e seu irmão Manuel António de Vasconcelos, seu primeiro redactor, ambos filhos do morgado Manuel Joaquim de Vasconcelos. Seguiram-se como editores Francisco Xavier Jácome Correia em 1836-37, Frederico Jácome Correia, em 1837, Francisco Joaquim Pereira de Macedo em 1838, Francisco Manuel Raposo de Almeida, em 1838-39, José Inácio Rebelo de Medeiros, em 1839-40, Francisco Joaquim Pereira de Macedo, de 1841 a 1870 e José Inácio de Sousa de 1870 a finais do século. Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º 90, *A Persuasão*, n.º 1841, 28/4/897, in *op. cit.*, p. 226. Veja-se “Açoriano Oriental - 154 anos de história”, Suplemento do *Açoriano Oriental*, n.º 9698, de 18 de Abril de 1989.

A 21 de Janeiro de 1841, Francisco Joaquim Pereira de Macedo, farmacêutico, administrador da imprensa e do jornal, propôs que lhe fosse cedida a propriedade da oficina e do periódico para dele se poder habilitar como editor, dados os problemas financeiros com que o mesmo se debatia e porque o próprio já havia desembolsado considerável quantia para aquisição de material. Apesar de alguma oposição, Pereira de Macedo passou a proprietário do *Açoriano*, desde Fevereiro de 1841 até falecer em 1879. Por direito hereditário a posse recaiu nas suas duas irmãs que confiaram a gerência do jornal a José Inácio de Sousa, antigo tipógrafo e colaborador de Pereira de Macedo. A 16 de Março de 1897, por documento público, passou o direito de propriedade para Inácio de Sousa que já assegurara todos os encargos e a gerência desde 1879¹⁹³. À sua morte em 1915, sucedeu-lhe seu irmão Augusto Inácio de Sousa, como gerente, proprietário e editor.

Os lugares de impressão do jornal foram variando, por entre inúmeras ruas da baixa citadina e respectivas tipografias. A tipografia do “*Açoriano*” surgiu em 1879 sita à rua do Melo, para passar, em 1887, para a rua da Cadeia (hoje rua *Açoriano Oriental*) com a designação de tipografia do “*Açoriano Oriental*”. O preço da assinatura iniciou-se com o montante de 600 réis por cada 15 números, desde a fundação até à morte do primeiro proprietário. Nesse ano foi estabelecido o preço mensal de 160 réis para os habitantes da cidade e de 170 para os de fora, preços que, cinco anos depois se igualaram. O preço avulso começou por ser de 50 réis ascendendo a 120, de 1844 a 1852¹⁹⁴.

Entre artigos de fundo e anúncios que preenchiam a primeira página, foram-se publicando folhetins compostos por variedades literárias em prosa ou em verso e romances. Depois inseriram-se os comunicados - espécie de crónicas semanais sobre assuntos locais - seguindo-se notícias nacionais e estrangeiras. O *Açoriano Oriental* pode considerar-se, no geral, um jornal liberal de feição avançada mas que, nas épocas de maior efervescência política (décadas de 30 e 40) procurou manter a imparcialidade. A acalmia da Regeneração manteve o jornal fora dos campos politico-partidários, mantendo-se até finais do século como independente, indiferente à política facciosa¹⁹⁵.

¹⁹³ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º 89, *A Persuasão*, n.º 1840, 21/4/897, in *op. cit.*, pp. 223-224.

¹⁹⁴ *Idem*, n.º 90, *A Persuasão*, n.º 1841, 28/4/897, in *op. cit.*, p. 225.

¹⁹⁵ *Ibidem*, n.º 90, *A Persuasão*, pp. 226-227.

O mesmo não sucedeu com outros congéneres. *O Cartista dos Açores* (1845-1850), por exemplo, enquanto durou e com alguma frequência, se envolvia em polémicas jornalísticas com contundentes críticas e veementes ataques aos homólogos com ideias e princípios contrários. Deste órgão do partido cartista (associado ao Visconde da Praia), era redactor João José de Andrade, faialense de feição conservadora e apoiante da facção cabralista. A conjuntura e o espírito da época davam azo a arrebatadoras paixões políticas e a excitados escritos, dando brado as públicas celeumas em que se envolveu contra António Feliciano de Castilho, alvo da má vontade dos conservadores ¹⁹⁶.

Mais consentâneo com o espírito jornalístico moderno, o *Diário dos Açores*, fundado em 1872 por Manuel Augusto Tavares de Resende, era uma das folhas de maior circulação no arquipélago, mantendo nos finais da centúria contacto directo e diário com agências noticiosas. Também o *Comércio Micaelense* (1895-1907) era publicado diariamente, enquanto *A Persuasão*, bem como *O Repórter* (1896-1917), *O Localista* (1900-1902) e outros surgiam em circulação tri-semanal ¹⁹⁷.

Alguns periódicos eram veículos de divulgação que representavam determinadas instituições ou associações. O *Filólogo*, por exemplo, de cariz literário, foi um periódico que teve curta vida como órgão da *Sociedade Escolástico-Micaelense*, constituída por jovens literatos. José de Torres e Mariano José Cabral, ambos com provas dadas no jornalismo local e continental, estrearam-se nas suas páginas. O *Santelmo* (1859-1860), foi o órgão de um grupo de estudiosos, conotados entre a opinião pública com a Maçonaria, e que resolveram trazer à circulação uma folha periódica de variado plano literário, científico e político. Ao grupo pertenciam elementos como António Pereira, Baltazar Joaquim da Luz, Francisco Maria Supico, Teófilo Ferreira e Teófilo de Braga. Criado com outros intentos, mas dentro do espírito do século, *O Agricultor Micaelense* foi o órgão da *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, fundada em 1843 e que resultou da difusão das ideias fisio-

¹⁹⁶ Sobre a grande polémica que se instalou entre Castilho e Andrade vejam-se as *Escavações*, n.ºs 625,626,627,628,629. *A Persuasão*, n.ºs 2389, 2390, 2391, 2392, 2393 de 13/11/907, 20/11/907, 27/11/907, 4/12/907, 11/12/907, in *op. cit.*, vol. III, pp. 1222-1230; Pe. Ernesto Ferreira, *op. cit.*, pp. 112-114.

¹⁹⁷ Alice Moderno, *op. cit.*, p. 47.

cráticas entre alguns membros da elite social local, empenhados no desenvolvimento da mais útil e necessária das profissões, porque manancial de riqueza e prosperidade. Contribuir para o incremento da actividade agrícola, silvícola e pecuária reunindo trabalhos dispersos e informações úteis; divulgar descobertas e saberes e incentivar novas práticas, eram os principais objectivos desta instituição¹⁹⁸. A primeira série do periódico iniciou-se com a fundação da sociedade e terminou em Junho de 1845. A segunda série balizou-se entre Janeiro de 1848 e Março de 1852, destacando-se então a colaboração de Castilho. Convidado como redactor o poeta aceitou, demonstrando o seu interesse pelo desenvolvimento agrícola da ilha. A partir de Janeiro de 1849, Castilho dedicar-se-ia apenas a escrever para este órgão os famosos artigos “Serão do Casal ou Felicidade pela Agricultura”. A sua actividade jornalística ainda se prolongou ao redigir o semanário literário e político *A Verdade* (1849), fundado pelo secretário geral servindo de governador civil, Pedro da Costa de Sousa de Macedo¹⁹⁹.

De facto, cada vez mais a imprensa contava com a contribuição e colaboração de prestigiadas figuras da sociedade e do mundo intelectual, representativas da “boa opinião” e do “espírito do século”, os quais cabia à imprensa divulgar e estabelecer. Este papel messiânico representa o que alguns autores designam como o “apostolado da imprensa”²⁰⁰.

Em S. Miguel, como no resto do país, a imprensa representou um instrumento de propaganda e militância de ideias, pois a sua função não era apenas a de reflectir sobre o mundo, mas transformá-lo. Segundo o espírito liberal só a imprensa periódica podia concorrer para reformar o país e se este foi o papel que os jornais micaelenses procuraram desempenhar, faltou-lhes, porém, uma vertente importante e inovadora que na Europa se concretizou: a da democratização cultural. Os jornais, sob o ponto de vista da produção e consumo, continuavam, sociologicamente, muito restritos e dependentes dos privilegiados.

¹⁹⁸ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º 277, *A Persuasão*, n.º 2030, 12/12/1900, in *op. cit.*, vol. II, pp. 631-632.

¹⁹⁹ Cf. Pe. Ernesto Ferreira, *op. cit.*, pp. 92 e ss.

²⁰⁰ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 53.

Conclusão

Apesar dos inúmeros condicionalismos que obstaram e tardaram o desenvolvimento insular, - na esteira de um país na retaguarda do progresso europeu ocidental²⁰¹ - não será ilícito afirmar que, no tocante à cidade de Ponta Delgada, tal como sublinhou Júlio de Castilho²⁰², podiam encontrar-se “considerabilíssimas diferenças” que distanciavam a segunda da primeira metade da centúria. Não resistimos, por isso, a transcrever as palavras daquele contemporâneo que na ilha residiu por meados do século e a ela voltou cerca de trinta anos depois. Antes de 1850 “Ponta Delgada estagnára quanto a usos e costumes. Sobre toda a cidade pairava não sei que tristeza pública. (...). Cada casa era mais um mosteiro burguês do que um ninho de cidadãos; (...). Viviam as senhoras afastadas dos homens, (...). A aristocracia vincular formava classe e rancho à parte, onde só os eleitos eram admitidos. A falta de teatros, ou passeios públicos, impedia toda a sociabilidade, e portanto era tudo a vida de família. De família, sim, mas não de famílias; desunira-as a política, (...). Cada qual vivia consigo, ou ia às festas grandes ouvir cantar as freiras, ou fazia excursões até às suas quintas. E acabou-se. Ponta Delgada tinha ódio à vida de relação. (...). Ora hoje [1886] não é assim. A doca deu cabo desse incrível costume (...); a praça consertou-se, e alindou-se. O teatro, um dos mais bonitos das nossas províncias, congrega sempre que é possível todas as classes (...), para ouvirem as companhias dramáticas da capital, e até ópera italiana. As ruas vêem-se cortadas de elegantes *coupés* e americanas. (...). Os jornais ilustraram-se. Muitos filhos das principais casas estudaram, e ou ficaram em Lisboa (...). Vivem as famílias umas com as outras; o club e outras sociedades cumprem em cheio a sua missão moderna. Finalmente, as boas carreiras de vapor abriram o apetite das viagens, (...). Quanto a cultura intelectual, há já muita n’aquela ilha. (...). O insulano está em dia com as publicações europeias; assiste de longe, mas não indiferente, ao movimento intelectual do mundo; acompanha as novidades científicas (...)”²⁰³.

²⁰¹ Assim o exprimia o espírito crítico de Antero: “(...) quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa (...): é Paris, é Londres, é Berlim (...)”. Cit. por Nestor de Sousa, “O Palacete...*op. cit.*”, p. 21.

²⁰² *O Archipelago dos Açores*, “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, Lisboa, David Corazzi, Editor, 1886.

²⁰³ *Op. cit.*, pp. 31-33.

O encomiástico e emotivo discurso de Castilho, igualmente demonstrativo de um acutilante espírito de observação, não deixa de ilustrar a evolução registada na ilha, em grande parte resultante da acção meritória de ampla parcela de membros do grupo social dominante. De entre a elite rica, influente e culta, de feição romântica e vocação cívica, oriunda das casas com tradição, eram vários os cidadãos - como foi exemplo a família Canto - que tanto se empenhavam na prosperidade das suas casas, como no progresso da sua terra, anseando por obras de vulto que alargassem os horizontes ilhéus²⁰⁴. A eles se juntou uma restrita faixa social mediana de bacharéis formados em Coimbra, de funcionários e professores, de elementos das profissões liberais, os quais pela sua cultura e instrução se foram afirmando como aliados políticos e promotores do desenvolvimento local, comungando dos mesmos ideais de progresso e bem estar social.

Porém, ao empenhamento da iniciativa particular faltou - como denunciou Júlio de Castilho²⁰⁵ - o estímulo das autoridades, o incentivo dos governantes e o apoio dos debilitados cofres estatais. À imponência destes obstáculos, acresciam ainda as perniciosas consequências dos facciosos partidarismos políticos, de rivalidades e conflitos de interesses, inerentes ao marasmo de um meio pequeno e insular, onde avolumavam - tal como nas restantes províncias nacionais - os atrasos estruturais e os abismos sociais.

“Os ventos de modernidade e cosmopolitismo que sopraram em S. Miguel”²⁰⁶ na segunda metade do século XIX, imprimiram alguma inovação e mudança, marcadas por um novo dinamismo individual e colectivo, mas não foram suficientemente fortes para transformar, em profundidade, a sociedade micaelense, demasiado limitada e conservadora, por demais arreigada aos valores e hábitos do regime tradicional, - que teimava em prevalecer - e demasiado distante e isolada, pela sua atlanticidade periférica, dos grandes centros de decisão e das revoluções inovadoras que transformaram o mundo ocidental do complexo e profícuo século XIX. Apenas lenta e tenuamente iam chegando às ilhas os ecos da modernidade, as amostras dos avanços tecnológicos e científicos, as luzes das novas correntes artísticas e ideológicas e face a estas pequenas vitórias, por vezes efémeras mas grandiosas para a dimensão insular, se erguiam as vozes de regozijo e contentamento.

²⁰⁴ Cf. Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 168.

²⁰⁵ *Op. cit.*, p. 33.

²⁰⁶ Cf. Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 169.

